



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA
AMÉRICA LATINA**

**O QUE A PEDRA NÃO CANTA, O JORNAL ENUNCIA:
O DISCURSO DO JORNAL NOSSO TEMPO SOBRE A PROSTITUIÇÃO EM FOZ DO
IGUAÇU (1980-1985)**

LUANA DE ALMEIDA

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTADO,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA
AMÉRICA LATINA**

**O QUE A PEDRA NÃO CANTA, O JORNAL ENUNCIA:
O DISCURSO DO JORNAL NOSSO TEMPO SOBRE A PROSTITUIÇÃO EM FOZ DO
IGUAÇU (1980-1985)**

LUANA DE ALMEIDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira

Foz do Iguaçu
2019

LUANA DE ALMEIDA

**O QUE A PEDRA NÃO CANTA, O JORNAL ENUNCIA:
O DISCURSO DO JORNAL NOSSO TEMPO SOBRE A PROSTITUIÇÃO EM FOZ DO
IGUAÇU (1980-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira
UNILA

Prof. Dra. Elen Cristiane Schneider
UNILA

Prof. Dra. Endrica Geraldo
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiro a minha mãe, Elisete mulher de força tremenda e maravilhosa, que me acompanhou por todos os momentos e foi quem permitiu que eu chegasse até aqui sempre me inspirando a ver diferente e ser melhor a cada dia, te amo e não é pouco.

A meu irmão, Maicon que mostra o que é ser resistente nesse mundo. Agradeço minha família por ser como é e permitir ser quem eu sou sem vocês tudo seria muito normal, amo a todos.

Agradeço aos amigos que a vida me apresentou como Patricia que é sempre será uma constante na minha vida. A Anderson que me aguenta reclamar e é meu irmão de vida. Daniel, vulgo Danillindo, que é meu companheiro de bads recorrentes e conquistas de autoestima, te quero. Jean, vulgo Jeanjo, amigo de bads regadas a reclamações de paranaenses. Eduardo, ou, Eduardinho pão e circo que é quem ta sempre me salvando. Stella estrelinha que é uma luz nessa terra e faculdade. Aver que sempre ta respondendo minhas dúvidas. Marcos que é o relâmpago marquinhos e é amigo para tudo. Fran que é parceira de Sociologia Visual e de ideias que são fantásticas, seguiremos juntas nas piras sociológicas. Enfim, agradeço ao PguePrriPlha por permitir que os surtos fossem compartilhados, a turma de CPS 2015 que não poderia ser mais genial e a todos os amigos que não mencionei aqui, mas que habitam meu coração. A UNILA por permitir que conhecesse tanta gente maravilhosa que me tirasse da zona de conforto e tornasse a jornada mais colorida.

Aos professores que sempre me acompanharam nessa jornada.

Agradeço ao Professor Marcos, meu orientador, que aguentou minhas constantes mudanças de objetivos e reclamações sobre a vida, além de me ter em suas aulas falando "abobrinhas" desde meu segundo semestre nessa graduação, você é genial Professor. Agradeço a Endrica por ser tão querida comigo e compreensiva durante esse período e por me acalmar em momentos difíceis. Agradeço a Elen por aceitar fazer parte da banca e por ser essa Professora maravilhosa que inspira a todos a querer ser melhor.

ALMEIDA, Luana de. **O que a pedra não canta, o jornal enuncia: o discurso do Jornal Nosso Tempo sobre a prostituição em Foz Do Iguaçu (1980-1985)**. 2019. 57p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

A presente monografia busca analisar como a prostituição foi representada nas páginas do Jornal Nosso Tempo entre os anos de 1980 a 1985, na cidade de Foz do Iguaçu, e se esta representação se relacionava à representação comumente realizada sobre a temática que toma a prostituição como ferramenta de normatização dos corpos e de controle das sexualidades insubmissas. Para alcançar nosso objetivo buscamos analisar os enunciados que o jornal Nosso Tempo produziu estabelecendo pontos de confluência entre estes enunciados que emergem em suas páginas e os demais enunciados que o precederam e constituem o domínio associado a prostituição. Concluimos que o Nosso Tempo usou da representação da prostituição como ferramenta política de resistência contra a ditadura militar durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Palavras-chave: Prostituição, Discurso, Nosso Tempo, Foz do Iguaçu.

ALMEIDA, Luana de. **What the stone does not sing, the newspaper enunciates: The newspaper's speech Nosso Tempo about prostitution in Foz do Iguaçu (1980-1985)**. 2019. 57 p. Course Conclusion Work (Political Science and Sociology – Society, State and Politics in Latin America) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

The present monograph seeks to analyze how prostitution was represented in the pages of the Nosso Tempo Journal from 1980 to 1985, in the city of Foz do Iguaçu, and whether this representation related to if to the representation commonly performed on the theme that takes prostitution as a tool for normalization of bodies and control of unsubmitive sexualities. In order to achieve our objective, we seek to analyze the statements that the newspaper Our Time produced establishing points of confluence between these statements that emerge in its pages and the other statements that preceded it and constitute the domain associated with prostitution. We conclude that Our Time used the representation of prostitution as a political tool to resist the military dictatorship during the construction of Itaipu Hydroelectric.

Key words: Prostitution, Discourse, Nosso Tempo, Foz do Iguaçu

ALMEIDA, Luana de. **Lo que la piedra no canta, el periódico enuncia: el discurso del Periódico Nuestro Tiempo sobre la prostitución en Foz Do Iguaçu (1980-1985)**. 2019. 57 p. Trabajo de Conclusión de Curso (Graduación en Ciencia Política y Sociología: Estado, Sociedad y Política en América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

La presente monografía busca analizar cómo la prostitución fue representada en las páginas del Diario Nuestro Tiempo entre 1980 a 1985, en la ciudad de Foz do Iguaçu, y si esta representación se relacionaba a la representación comúnmente realizada sobre la temática que toma la prostitución como herramienta de normatización de los cuerpos y de control de las sexualidades insubmissas. Para alcanzar nuestro objetivo buscamos analizar los enunciados que el diario Nuestro Tiempo ha producido estableciendo puntos de confluencia entre estos enunciados que emergen en sus páginas y los demás enunciados que lo precedieron y constituyen el dominio asociado a la prostitución. Concluimos que Nuestro Tiempo usó de la representación de la prostitución como herramienta política de resistencia contra la dictadura militar durante la construcción de la Hidroeléctrica de Itaipú.

Palabras clave: Prostitución, Discurso, Nosso Tempo, Foz do Iguaçu

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte da Primeira Edição	21
Figura 2 - Destaque da Edição N° 5	42
Figura 3 - Denúncia contra a prostituição	44
Figura 4 -Recorte da edição 15.....	45
Figura 5 - edição 36 destaque notícia sobre Gonorreia	48
Figura 6 - Fragmento de capa da edição 87.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1. HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA E DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU EM PARALELO.....	12
1.2 O JORNAL NOSSO TEMPO	19
2. DISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO.....	24
2.1. PROSTITUIÇÃO E OS DEBATES RECENTES	32
2.2. APROXIMAÇÕES À PROSTITUIÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU.....	36
3 O NOSSO TEMPO E A PROSTITUIÇÃO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1 INTRODUÇÃO

Tem-se no discurso jornalístico a representação social da “verdade” assim como da representação do real, visto que,

“Os meios de comunicação, neste século, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação a realidade social aceitos como verdadeiros pelo consenso da sociedade. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos.” (RIBEIRO, 2000, p.33)

E como aponta Hall (1978), as notícias são o produto final de um complexo processo que se inicia com a sistemática separação e seleção de eventos e tópicos de acordo com categorias construídas socialmente, além da mídia estar disposta a assuntos noticiosos que na maior parte das vezes são fornecidos por fontes institucionais o que faz com que a mídia reproduza de forma simbólica a estrutura de poder existente em determinada ordem institucional.

Os meios de comunicação podem ser vistos como meio principal onde se vislumbram as representações sociais de determinada sociedade, pois, já que desde o início do século XX ocupam posição institucional de construtores de enunciados referentes a realidade social aceitos como verdadeiros, dado que a mídia é vista como o registro objetivo dos fatos, ou seja, a portadora da verdade, porém nós vislumbramos os meios de comunicação de outra forma e alertamos que,

[...] A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção da vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado de realidade político-social no qual se insere. (CAPELATO E PRADO Apud LUCA, 2005, p. 118)

E assim desde a perspectiva de que a mídia registra e que todo registro é discurso e por conseguinte possui regras de funcionamento que são historicamente determinadas pela “ordem do discurso” que configura [...] uma função normativa e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas. (REVEL, 2005, p.37) que buscaremos analisar o discurso produzido pelo jornal Nosso tempo em relação a prostituição entre os anos de 1980 a 1985.

Também entendemos a necessidade de [...] considerar que el mundo social es un mundo pre interpretado por los actores, el investigador necesita desentrañar los sentidos y relaciones que construyen la objetividad social. (GUBER, 2005, p.85), então ao considerarmos o Discurso como categoria fundante, já que o vemos como instância que constrói de forma ativa a sociedade em suas várias dimensões, encontramos neste uma ferramenta de análise social. Vemos o discurso como

importante instrumento de organização que pretende estruturar determinado imaginário social e este não é [...] simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.(FOUCAULT, 2013, p.10) e este é um,

[...] bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não apenas em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.”(FOUCAULT, 2008, p.137)

E assim,

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada e organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2013, p. 8 e 9)

Isto posto mobilizaremos a perspectiva de Foucault no sentido de compreender as formas pelas quais os poderes ligam-se a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade, logo a Análise do discurso torna-se também uma análise de ação social ao se interrogar sobre as condições de emergência de dispositivos discursivos que sustentam práticas.

O discurso caracteriza um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem a regras de funcionamento comuns e estas regras reproduzem separações historicamente determinadas. É preciso nos atentarmos às dispersões, o que torna cada enunciado único em um momento específico, e são essas dispersões que ao constituir um sistema que fazem emergir uma Formação Discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipo de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2008, p.43)

Portanto, o que interessa são as regras que possibilitaram essas regularidades, a formação discursiva que permite definir um sistema de dispersão onde os enunciados se separam e se juntam em um mesmo conjunto de regras, as condições de possibilidade de um discurso, por que surge tal enunciado e não outro em seu lugar? Utilizaremos essa perspectiva para analisar matérias produzidas pelo Jornal Nosso Tempo entre dezembro de 1981 a dezembro de 1985, matérias estas que mobilizaram e realizaram enunciados relacionados diretamente a prostituição.

O recorte temporal de nosso trabalho foi determinado pelo período político que este representou, 1980 a 1985, período de abertura democrática pós período ditatorial brasileiro e que foram também os anos iniciais do Jornal Nosso Tempo, além de que devido a nossa proposta se encaixa a nossas indagações acerca da relação que o discurso do Jornal Nosso Tempo mantêm para

com o discurso hegemônico sobre a prostituição e inclusive esse momento da história de Foz do Iguaçu é quando a construção da Hidrelétrica de Itaipu chega ao seu período final e marca o início da fase onde poder-se-ia vislumbrar com maior clareza o que significou para a cidade tal empreendimento.

O primeiro capítulo do trabalho compreende a uma aproximação do contexto sociopolítico da cidade e da imprensa brasileira, buscamos através da produção de um paralelo estabelecer as relações entre a história de Foz do Iguaçu perante a história da imprensa brasileira, pois acreditamos ser importante apresentar quais eram as condições de produção dos enunciados mobilizados pelo Jornal Nosso tempo.

Já no segundo capítulo buscamos estabelecer qual era o discurso que chamamos de hegemônico em relação a prostituição, visto que sem isto não poderíamos vislumbrar quais foram as condições de possibilidade que permitiram a emergência de tais enunciados mobilizados pelo Jornal aqui referenciado, buscamos apresentar desde a perspectiva proposta por Margareth Rago (1985 e 1991) como a prostituição é produzida enquanto um discurso que tem como base a moral de uma determinada classe, a classe burguesa, que busca estabelecer sua superioridade através da construção de uma “sexualidade de classe”, a prostituição é então objeto que emerge em resposta a uma urgência histórica e que está relacionado a um dito e um não dito em relação a sexualidade. Neste capítulo expomos como a prostituição se configurou como estratégia de controle dos corpos e das sexualidades insubmissas.

Desde o exposto no capítulo um e dois buscaremos no capítulo três através da análise de discurso do Jornal Nosso Tempo demonstrar como a prostituição era representada neste jornal, buscamos através da comparação entre os enunciados dominantes sobre tal prática descobrir se há ou não um campo de correlação entre tais enunciados.

1. HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA E DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU EM PARALELO

Para tomar o Jornal Nosso Tempo como fonte precisamos antes de tudo o historicizar e isso “[...] requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.(LUCA, 2005, p. 132), ter em conta a função social do impresso e em nosso caso é necessário também perguntar-se sobre a função social do Nosso tempo, pois [...] o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial nas pesquisas com fontes periódicas. (Idem, p.138 e 139)

Buscaremos apresentar o contexto histórico político-social da cidade de Foz do Iguaçu, desde a sua fundação política até metade da década de oitenta estabelecendo um paralelo entre a história da cidade e os acontecimentos marcantes empreendidos pela imprensa brasileira, para que possamos traçar um elo entre a história de Foz do Iguaçu e da imprensa brasileira, que demonstre de forma clara qual era o momento de produção do Jornal Nosso Tempo.

Se encaramos a história da imprensa brasileira desde a perspectiva habitualmente aceita sobre sua gênese, constata-se que o ano de 1808, é o ponto fundacional desta, como descreve Morel (2012) é quando Hipólito José da Costa, na cidade de Londres, funda o Jornal Correio Braziliense com o intuito de pautar a luta pela Independência do Brasil, periódico alternativo frente a imprensa oficial que se fixou em território nacional com a chegada da corte portuguesa no país e posteriormente com a instalação da Imprensa Régia, porém não podemos deixar de pontuar que antes da fundação oficial já havia atividade jornalística no país realizada por pessoas que encontravam-se em território nacional¹.

Já na cidade de Foz do Iguaçu, conforme sua história oficial, é em 1889 que o até então território inexplorado pelo Estado brasileiro passa a ter a função fundamental de fixar limites entre o Brasil e seus os países vizinhos, Paraguai e a Argentina, além da necessária incorporação do extremo oeste paranaense ao restante do país e é através da fundação de uma colônia militar que se organiza a integração deste território ao restante do país, é “[...] a fundação da colônia militar e, deste modo, o processo de formação da cidade, foi um passo na direção de incorporar e envolver a região do extremo oeste nas malhas do desenvolvimento.”(SOUZA. 2009, p.32) O ano de 1889 é também ano

¹A imprensa em território brasileiro já era ativa antes de 1808 com uma série de publicações independentes e portanto “A ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa (ou de sua ausência) não é suficiente para dar conta da complexidade de suas características e das demais formas de comunicação numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise.”(MOREL,2012, p.18)

da proclamação da república brasileira. E segundo Souza (2009) devido a adoção do princípio federativo, pela constituição de 1891 as terras nacionais devolutas passaram ao domínio dos respectivos Estados;

Inúmeras concessões de terras foram realizadas pelo Governo do Paraná, na conjuntura da Primeira República (1889-1930), a partir da Lei de Terras nº 1147/12 e 1642/16, particularmente possibilitaram a concessão de áreas de 50 mil hectares para projetos de colonização. Deste modo, provocaram intensa movimentação fundiária no Estado. A efetivação da política de concessões de terras em áreas nacionais despovoadas geopoliticamente necessitadas de imediata ocupação resultou nas grandes concessões que constituíram os primórdios da colonização moderna da região de Itaipu. (SOUZA, 2009, p.96)

O processo civilizatório empreendido pela colônia militar operou “[...] mudanças nas formas predominantes de organização da economia e do trabalho na região até então ligados à exploração de madeira e de mate.” (SOUZA, 2009, p.33), até 1930 a exploração de Obrages prevaleceu por toda extensão de Foz do Iguaçu.

Neste mesmo período a imprensa brasileira passava por transformações, já que “O tripé indispensável à sustentação da grande imprensa editorial se erguia. Configurava-o, basicamente, a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel.”(ELEUTÉRIO, 2012, p.59), operava um processo de despontamento, porém com entraves, posto que a primeira república dispunha da censura como condição de existência, seja pelo medo de represálias por parte da monarquia ou que esta mesma viesse a fazer uso de artifícios para retornar ao posto que ocupava. É também nesses primeiros anos de república que os especialistas veem um

[...] momento de inflexão na trajetória da imprensa brasileira, quando a produção artesanal dos impressos, graças à incorporação dos avanços técnicos, começou a ser substituída por processos de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e a conseqüente diminuição da dependência de habilidades manuais.(LUCA, 2008, p.1)

E conforme pontua Cohen (2012), a atividade jornalística no país se constituiu na maioria das vezes a partir de grupos de interesse que viam a imprensa como meio de propagação de suas ideias, dessa forma acrescentaram o número de impressos lançados como instrumento de luta política.

Nesse período de grandes mudanças na atividade jornalística brasileira, especificamente no ano de 1910, a então colônia militar de Foz do Iguaçu passa a condição de vila, distrito de Guarapuava, e em 1914 pela lei 1.383 é criada a cidade de Vila Iguassu e em 1918 o nome Foz do Iguaçu passa a ser utilizado para denominar a cidade. Os registros sobre a cidade acerca desse momento histórico descrevem a constituição da atividade comercial relacionada a extração de madeira e erva mate.

Já na década de 30 o Brasil atravessa um processo de descontinuidade política um golpe de Estado perpetrado pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra o então presidente de origem paulista Washington Luís rompe com a ordem vigente, conhecida como a república do Café com Leite, processo que é comumente lembrado como Revolução de 30.

No início do regime provisório a imprensa é uma aliada do novo governo, pois esta estava descontente com o antigo regime, “O apoio emprestado por importantes órgãos da imprensa à Aliança Liberal pode ser tomado como um índice do desgaste do sistema político vigente.”(LUCA, 2008, p.15), entretanto, como apresenta Luca (2008), o bom relacionamento entre imprensa e governo provisório não durou muito, pois

A instabilidade dos momentos iniciais foi um dos argumentos mobilizados para justificar o cerceamento da liberdade de expressão tanto nos jornais e revistas, que ainda se constituíam nos veículos privilegiados para formação de opinião, quanto em outros meios de difusão da informação [...] (LUCA, 2008, p.16)

E com o Levante comunista de 1935 manifestou-se o pretexto perfeito para que houvesse o aumento dos poderes presidenciais, visto que “Ainda que a ordem estabelecida não tivesse sido ameaçada, o acontecimento forneceu o mote para a perseguição indiscriminada dos inimigos políticos.” (LUCA, 2008, p.17).

O governo instaurado desde 1930 criou práticas como o controle da informação e produção de publicidade por órgãos específicos, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)². E a partir do Estado novo o projeto político e cultural do regime obteve os meios necessários para a sua ampla difusão, uma vez que o artigo 122 da constituição de 1937, “[...] considerava a imprensa como um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo.”(LUCA, 2008, p. 19)

Durante esse período o direito individual da livre manifestação era subordinado aos limites prescritos pela lei, desta forma em nome da garantia da ordem e da paz social a censura prévia foi justificada. Destarte para se construir uma imagem positiva do regime houve estratégias de condução da opinião por parte do regime, a partir do ano de 1942 “[...] quando a batalha no interior do círculo governista foi ganha pelos defensores dos Aliados, o que implicou mudanças significativas [...] (LUCA, 2008, p.21), a imprensa tomou um papel ativo na deposição de Getúlio em 1945.

Nesse mesmo período a cidade da fronteira permanece constituída pela atividade comercial de exploração de madeira como predominante, como também outras atividades de subsistência que

²[...] genericamente referido como responsável pela censura na Era Vargas. Vale lembrar, contudo, que o DIP pode ser encarado como culminância de um longo processo que se iniciou em 1931, com a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cuja direção coube a Lourival Fontes.(LUCA, 2012, p.18)

configuram a paisagem econômica da cidade, como a atividade agrícola que edifica a [...] fixação de colonos na colônia militar de forma a estimular o povoamento por brasileiros e proporcionar a produção de gêneros alimentícios.”(WACHOWICZ APUD SOUZA, 2009, p.33)

Entre a década de 1930 e 1940 inicia-se um projeto de colonização do Oeste “[...] Wachowicz descreveu 1930 como um marco histórico contraditório³, que iniciou a nacionalização da fronteira e a consolidação do projeto colonizador brasileiro [...] (SOUZA, 2009, p.41)

Em 1945, Getúlio foi retirado da presidência por um golpe de Estado, entretanto foi eleito senador pelo Estado do Rio Grande do Sul dos anos de 1946 a 1949, em 1950 concorreu novamente à presidência pelo PTB e é reeleito, porém seu segundo governo é envolto por crises, muitas envolvendo a imprensa como a briga entre Carlos Lacerda e Samuel Wainer⁴. O atentado contra Carlos Lacerda em agosto de 1954, marca o fim do governo Vargas, pois as investigações e a opinião pública dirigiram suas suspeitas a figura de Vargas e este ao se confrontar com a deposição ou com a renúncia acaba por cometer suicídio e deixa uma carta onde culpabiliza seus inimigos por seu fim.

No decorrer da década, de 1954 a 1964, o país é tracejado por intensa atividade política, com a presidência ocupada por políticos relacionados a figura de Vargas, como Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e a oposição se faz presente em embates que muitas vezes se realizam desde as redações.

João Goulart assume a presidência em setembro de 1961 após renúncia de Jânio Quadros, período turbulento de intensa briga entre opositores. O Comício da central em 13 de março de 1964 inaugura o ponto de quebra total no cabo de guerra, a oposição reage ao comício através da “Marcha pela Família com Deus pela liberdade”. A política da antessala chegava às ruas através da construção da notícia pela imprensa que teve papel fundamental na criação de um ambiente que clamava contra a invasão comunista (sic).

A imprensa brasileira tem papel fundamental para que possamos entender esse período tortuoso do país, pois assim como a trajetória política oblíqua que nosso país imprime em sua história é também a história da imprensa,

Por conta dessa trajetória sinuosa e cheia de alternativas em relação ao regime que ajudaram a construir, mas, ao mesmo tempo, coerente com os valores ideológicos que lhe pautavam – herdeiros de um liberalismo elitista e oligárquico – os jornais brasileiros constituem uma

³Contraditório, pois para Wachowicz, como nos mostra Souza (2009), a colonização do oeste representou o marco do entrave do desenvolvimento econômico da cidade de Foz do Iguaçu, pois a política do governo federal de encontro aos interesses das empresas de colonização gaúcha impediram a implementação de obras e ações que pudessem promover a atividade turística na cidade que a seu ver era a atividade econômica de vocação de Foz do Iguaçu.

⁴ Para maior aprofundamento. “Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda” (LAURENZA, A, Ana Maria. In. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. História da imprensa no Brasil. Editora Contexto, São Paulo, 2012)

fonte e um objeto historiograficamente ricos e instigantes.[...] também porque traduzem processos complexos e sutis de construção da memória social do regime.(NAPOLITANO, 2017, p.348)

Como aponta Napolitano (2017), ainda que a memória sobre a ditadura tenha sido construída através do que ele chama de “dobras” do tempo a história da grande imprensa em relação a sua postura perante o governo ditatorial passa a ser construída unicamente em 1979, ano de aprovação da Lei de Anistia, dado que a grande imprensa,

Nunca teve muita simpatia pela politização das ruas, sobretudo pelo potencial do conflito social e de radicalismo democratizante que elas poderiam representar, defendendo que a transição ganhasse outros rumos, mais parlamentares, institucionais e palacianos. (NAPOLITANO 2017, p.350)

A grande imprensa que apoiou a destituição de João Goulart e a tomada de poder pelos militares, ao inflar-se contra o comunismo buscava uma politização mais palaciana e liberal⁵ e até a instauração do AI-5 em 1968 manteve as percepções do golpe como um processo histórico aberto. “nota-se a percepção da construção de um regime autoritário, insulado no Estado, mas ainda explicável e justificável na ótica liberal pela necessidade de expurgar o legado do governo deposto e atenuado pela expectativa de uma normalização no futuro. (NAPOLITANO, 2017, p. 352)

A percepção que a grande imprensa tem sobre o apoio ao início de uma ditadura surgiu somente após a instauração do AI-5, é neste ano e no seguinte que há uma nova percepção do regime autoritário devido ao aumento da repressão.

Os “anos de chumbo” foram responsáveis por consolidar a imagem de ditadura perante a maioria dos liberais, todavia justificável, visto que a grande imprensa acreditava em 1964 como marco da luta contra a subversão à ordem, enquanto 1968 inaugura outro momento do golpe que nada tem a ver com o que percebiam como “revolução de 64”,

A edição do AI-5 em dezembro de 1968, não apenas marcou o fim de um ciclo político do regime militar, reforçando seu caráter discricionário e autoritário, mas também exigiu uma mudança de perspectiva sobre o golpe e as esperanças de um novo arranjo político de curto prazo que pudesse ser minimamente apresentado como “democrático” e “constitucional”, mesmo dentro dos limites conceituais do liberalismo conservador brasileiro. (NAPOLITANO, 2017, p.354)

Além da grande imprensa o país foi marcado pela presença de uma insurgente e resistente imprensa alternativa que imprimiu na história da imprensa brasileira outro ponto de vista acerca da Ditadura de 64 que fez valer o princípio da práxis jornalística ao lutar pela democracia.

⁵ “As empresas privadas de comunicação (ou os meios de comunicação de massa) pretendem ocupar o lugar das praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo” (CHAMMAS, 2012, p.14)

Até o momento buscamos pontuar a história da imprensa brasileira ao percorrermos o caminho oficial e que como toda história oficial muitas vezes apaga a presença feminina mesmo que uma história sem as mulheres seja impossível e portanto se faz necessário pontuar que as mulheres sempre estiveram na linha de frente da imprensa, visto que a imprensa é ótima trincheira de luta.

Como apontam, (OLIVEIRA, MONTIPÓ e MOSER, 2019), os veículos de imprensa femininos⁶ e movimentos feministas utilizavam a imprensa alternativa de forma a pautar na esfera pública suas reivindicações e o debate acerca da democracia e a liberdade de expressão.

Porém, como descrito por Oliveira (2017), antes do estabelecimento do AI-5 já haviam decretos que modificaram a vida política das cidades, por exemplo, no ano de 1966 é decretado o AI-3, que complementa o AI-2 e estende eleições indiretas para os cargos de governador por maioria dos votos nas assembleias legislativas e altera o processo de escolha de prefeitos em municípios classificados como área de segurança nacional, como era o caso de Foz do Iguaçu, onde o prefeito era indicado pelo governador do Estado.

Foz do Iguaçu desde o ano de 1968 até o momento da criação do jornal, em 1980, possuía prefeitos nomeados pelo governo estadual e que eram aprovados pelo governo federal, situação que põe em alvoroço as elites locais que governavam a cidade até o momento descrito, pois como descreve Souza (2009), a cidade foi concebida como cidade voltada à atividade turística o que constituiu uma elite local, que tinha no turismo sua principal atividade, e a chegada de Itaipu e por conseguintes as inúmeras mudanças que esta implementa à cidade poderia vir pôr fim a hegemonia em vigor, é portanto através dessa paisagem que os conflitos pelo poder político na cidade passam a ser permeados pela construção de uma memória oficial que busca desde a apreciação da figura de fundadores, que são postos em relação direta com os “aventureiros de Itaipu”, e a elevação das belezas naturais da cidade à sua razão de existência que a elite local ligada ao turismo pauta a luta contra a elite local que se desenvolve com as obras de Itaipu, essa paisagem compõem a luta política na cidade.

Muitos relatos classificam os primeiros anos de regime ditatorial como comedidos, porém os primeiros anos de ditadura são responsáveis por decretos como o AI-2, que proibiu manifestações de estudantes e aprovou a lei de imprensa, isto é, foi o momento que originou os instrumentos que sustentariam o regime ditatorial podemos agregar a esse momento primeiro do regime também a

⁶São notórios os números das publicações feministas durante a ditadura. São publicações que conjugaram a luta feminista a luta contra a ditadura em uma dupla militância que buscava a independência feminina e contestava a ordem social. Nomes como Brasil Mulher (1975-1979), Nós mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1987) são importantes para entender as mulheres na imprensa brasileira.

criação da Lei de Segurança Nacional⁷ e a Lei de Imprensa⁸ que são leis que atacam diretamente a liberdade de emitir opiniões que são anteriores ao AI-5 de 1968.

A ditadura é associada às obras faraônicas que habitam o imaginário brasileiro desde a década de 70, podemos dizer que a menina dos olhos da ditadura foi Itaipu que transforma a paisagem da pacata Foz do Iguaçu.

O projeto de Itaipu é um projeto político que considerava, “[...] toda a Bacia do Prata [...] um problema político, indo de encontro às estratégias geopolíticas, nas quais a defesa das fronteiras e a necessidade de desenvolvimento do país são elementos presentes na retórica dos militares [...]”.(RIBEIRO, 2002, p. 27) e no ano de 1974 inicia-se a construção da Hidrelétrica de Itaipu,

A construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional foi iniciada em 1974. Afetou diretamente os municípios da região Oeste do Paraná — Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra —, pois se fazia necessária a construção de um reservatório. Para isto, uma área de 1.350 quilômetros quadrados ficaria submersa — 780 km² no Brasil e 570 km² no Paraguai. (RIBEIRO, 2002, p.27)

A obra para a construção de Hidrelétrica de Itaipu produziu novos espaços e ressignificou outros, mudando as dimensões territoriais de modo a atender às determinações do planejamento econômico do governo federal. É neste momento que há o despontamento de um turismo de compras que através das atividades comerciais relaciona as três cidades fronteiriças conectadas pela Ponte da amizade e a Ponte da Fraternidade.

Itaipu e as relações políticas que está inaugura interferem radicalmente nas atividades de subsistência que eram realizadas até então pelos colonos da cidade, como a troca comercial de produtos alimentícios entre brasileiros e argentinos, que configurava uma renda a mais para os empobrecidos colonos, mas devido a assinatura do tratado entre Paraguai e Brasil se tornou mira das sanções da Argentina para com o Brasil, “Aquela que era uma forma livre de sobreviver foi sendo criminalizada.”(SOUZA, 2009, p.167)

A modernização passa a permear o horizonte e o presente da cidade, “Foz foi palco de uma rápida modernização, com a construção de grandes avenidas, prédios e hotéis, num processo crescente de valorização dos imóveis urbanos, que permitiu uma apropriação concentrada do solo urbano por setores abastados.”(SOUZA, 2009, p.65), o que inaugura um processo de ocupação da cidade que faz com que esta seja modelada também por setores populares pois,

O aumento da população provocou a elevação da demanda por bens de consumo, fossem eles duráveis ou não, e, portanto, o aumento do custo de vida. Também os altos salários pagos por

⁷ Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967

⁸ Lei 5250/67 de 9 de fevereiro de 1967

Itaipu elevaram os preços das mercadorias, dificultando que pessoas não ligadas diretamente, ou através de empreiteiras, à obra, tivessem acesso a elas. (RIBEIRO, 2002, p. 55)

O processo de desapropriação, perpetrado por Itaipu devido ao alagamento de uma grande área, e que,

De acordo com dados fornecidos pela hidrelétrica, o programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 a setembro de 1982, e afetou uma população estimada em 40 mil pessoas, somente do lado brasileiro. As desapropriações foram feitas espaçadamente nos oito municípios que seriam afetados pelo alagamento. (RIBEIRO, 2002, p. 28)

favoreceu uma ocupação que transcendia a ordenação da municipalidade e do governo federal, o que configura o estabelecimento de uma cidade muito interessante e muito distinta em sua constituição.

Todo o descrito até o momento se une a promulgação da lei da Anistia, em 1979, que reverte as punições que alguns cidadãos brasileiros sofreram entre os anos de 1961 e 1979 criando o que vemos como as condições de nascimento do semanário Nosso Tempo. Além de situar o espaço de produção do jornal se faz necessário como descreve Luca (2005),

[..] identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos de caráter publicitário. [...] (LUCA, 2005, p.140)

A próxima seção tratará da identificação e a apresentação do Jornal Nosso tempo assim como das condições em que estava no momento de produção.

1.2 O JORNAL NOSSO TEMPO⁹

Após essa primeira e rápida contextualização da temporalidade e espacialidade na qual o Jornal Nosso tempo é produzido buscaremos apresentar como foi o processo de sua emergência e quais as pessoas responsáveis por essa emergência dentro do contexto já apresentado.

Segundo Luz e Petters (2008), o Jornal circulou como formato tabloide, seguindo a tendência da maioria dos jornais alternativos e chegou a ter uma tiragem de 6.000 exemplares em seus dois primeiros anos de circulação. O jornal foi editado de dezembro de 1980 até 1994, sendo que no ano de 1994 passou a ser publicado em forma de diário.

⁹ O jornal na cidade tem uma trajetória importante, pois antes da criação do Nosso Tempo em 1980 o único jornal da cidade era o de um partidário da ARENA e um dos diretores da TELEPAR (Companhia Paranaense de Telefonia), logo um partidário da ditadura. Segundo a página do Nosso Tempo Online.

Segundo a página web do Jornal Nosso Tempo, a ideia de criar o semanário surgiu em maio de 1980, quando o semanário Hoje Foz foi vendido para Jucundino Furtado, político ligado à antiga Arena, e Aluízio Palmar, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo foram demitidos¹⁰. “Os três eram responsáveis pela linha de conotação popular, de esquerda e de contestação ao governo militar.”(O Jornal) Então, Palmar, Mazzarolo, Adelino e Jessé, Formaram a equipe que formulou as bases editoriais do jornal Nosso Tempo.

Estes eram responsáveis pela imagem do jornal tinham formação social e política distinta, mas o mesmo posicionamento em relação a ditadura o que possibilitou o posicionamento coeso de oposição frente aos mandos e desmandos da ditadura que na cidade de Foz do Iguaçu apresentavam-se de forma direta e pela imagem de Itaipu e pela nomeação de prefeitos.

O corpo de sócios do jornal era mais distinto entre si que o corpo editorial, havia uma heterogeneidade em relação a posição ideológica que cada sócio se enquadrava no espectro político da cidade, visto que os sócios se dividiam em partidos como PDS (Partido ligado ao antigo ARENA), PDT e PMDB,

Eram onze os sócios do referido semanário, sendo estes Alberto Koelbl, Evandro Stelle Teixeira, Eloy Adail Brandt, Emerson Wagner, José Cláudio Rorato, José Leopoldino Neto, Jessé Vidigal, João Adelino de Souza, Juvêncio Mazzarollo, Severino Sacomori e Sérgio Spada. Pertencentes ao PDT e PMDB, com exceção de Evandro Teixeira e Alberto Koelbl que eram vereadores pelo PDS na época, apenas Jessé Vidigal e Juvêncio Mazzarollo dentre os onze sócios do jornal não assumiram cargos políticos no decorrer de suas carreiras enquanto mantinham o jornal ou anos que se seguiram a sua fundação, além de fazerem parte do editorial alguns colaboradores, dentre eles Santo Rafagnin, figura pertencente à elite iguaçuense.(ARANHA APUD ARANHA, 2015, p. 5)

Como podemos notar José Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo além de sócios eram também editores. Apresentamos de forma mais delongada os editores, pois estes eram responsáveis pela produção do jornal como afirmam na edição 6,

“Os demais sócios não respondem pelo que está escrito no jornal, e mesmo pode haver casos em que nem todos os sócios sejam acordes com tudo que é publicado, apesar de ter havido sempre ótima aceitação por parte deles com relação ao “estilo do jornal”. (Semanaário Nosso tempo, Edição 6)

A linha editorial do semanário era clara e direta em seu posicionamento contrário ao regime militar e como descreve Aranha (2015), escolheu alvos próximos para suas pautas ao mesmo tempo em que apresentava os problemas oriundos do governo ditatorial que estava no poder, utilizava da

¹⁰ A ideia de criar o semanário Nosso Tempo surgiu em maio de 1980, quando o também semanário Hoje Foz foi vendido para Jucundino Furtado, político ligado à antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação da ditadura. Jucundino era um homem poderoso, tido como operador da logística do grupo político liderado por Ney Braga. Essa fama surgiu a partir dos cargos ocupados por ele, como o de diretor-administrativo de Itaipu Binacional e presidente do Banco do Estado do Paraná.(Jornal Nosso tempo)

região enquanto recorte representacional da situação nacional, tendo como principal alvo a hidrelétrica de Itaipu pela sua força simbólica e pelo que representava politicamente na região assim como a figura do prefeito nomeado, que é descrito no jornal como “Prefeito Biônico”.

Figura 1 - Recorte da Primeira Edição



Fonte: Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Edição 1, 03 a 10 de dezembro de 1980.

Durante os primeiros anos de publicação do jornal, os editores sofreram ameaças e represálias, primeiro foram enquadrados pela lei trabalhista, pois segundo um juiz não eram jornalistas formados e portanto não poderiam exercer a atividade jornalística e por essa razão durante muitas publicações, “[...] vários jornalistas assinaram a edição do jornal de forma voluntária para satisfazer a legislação entre eles Fábio Campana, Télia Negrão, Elson Faxina, Noemi Osna e Vilma Macedo. “(LUZ E PETERS, 2008, p.44)

Podemos visualizar a construção da identidade do jornal perante o público a partir do episódio de enquadramento dos editores na Lei de segurança Nacional e a prisão de Juvêncio Mazzarollo. Conforme a linha cronológica do jornal, em 6 de março de 1981 os Jornalistas responsáveis pela edição são intimados pela Polícia Federal e processados com base na Lei de Segurança Nacional. Já em 1982 Mazzarollo é condenado a 2 anos de prisão, porém no ano de 1983 sua pena é modificada e este é condenado a 4 anos de prisão, assim teria que ficar na cadeia por mais 3 anos. Todos esses acontecimentos são registrados nas publicações do jornal, inclusive com a publicação de cartas e o surgimento de um movimento pela liberação de Mazzarollo e pelo fim da Lei

de Segurança Nacional que para o Jornal e o movimento não condiz com o momento de democratização do país.

Todos os momentos de perseguição e travamentos do jornal foram registrados pelo Jornal, inclusive na Edição 16, Mazzarolo descreve o que ele denomina como uma “emboscada” onde foi convidado a participar de uma reunião “comunitária” no 34º batalhão do exército, onde lá estavam o prefeito Clóvis da Cunha Vianna, o coronel João Guilherme da Costa Lebre e o juiz João Kopytowski e que ali havia sido alertado sobre a periculosidade dos discursos que o jornal havia publicado e que este poderia ser classificado como criminoso pela Lei de Segurança Nacional, segundo Mazzarolo eram alertas para que o Jornal interrompesse sua produção crítica para com as autoridades, porém estes alertas em vez de serem acatados foram publicadas nas páginas do jornal.

Mazzarollo foi preso em 1982, porém mesmo preso continuou seu trabalho no Jornal. É nessa situação que o jornal constituiu sua identidade como defensor dos que sofriam nas mãos do Governo Ditatorial ao associar a imagem de Mazzarollo ao discurso religioso de forma a incitar a identificação do público com este através da estratégia da mobilização de empatia. Em vista disso o jornal passa a se comunicar como a expressão da vontade do povo, pois o

[...] entendimento da imprensa como expressão da opinião pública são mecanismos importantes que operam na construção ideológica dos jornais: eles reafirmam a todo momento sua imparcialidade e o fato de serem porta-vozes dos interesses do povo ou de falarem em nome do interesse público. Na lógica do seu discurso, isso lhes confere legitimidade. Não falam por si ou por seus interesses específicos, mas pelo conjunto da sociedade, que só pode se expressar através de suas instituições representativas e a imprensa seria uma das mais importantes. (CHAMMAS, 2012, p.15)

O Nosso Tempo se apropria do descontentamento da elite local anterior a elite ligada a Itaipu, e como aponta Aranha (2015) se apropria de um poder simbólico referente “ao ser iguaçuense” contrário ao “forasteiro”, que relaciona-se a ser contra o intervencionismo federal na escolha dos prefeitos, pois assim, poderiam as elites locais lutar pelo poder, quiçá o corpo de sócios explicita essa ânsia, pois eram pessoas que mantinham relações com a elite iguaçuense eram da cidade e ocuparam cargos políticos na cidade, mas não poderiam vir a ocupar a cadeira de prefeito já que este posto era nomeado pelo executivo federal.

O Jornal é por nós percebido no espaço do “alternativo”, pois pelo viés ideológico, se posicionava ao lado dos oprimidos, vide seus editoriais sobre a desapropriação e a luta por melhorias na condição de moradia e como descreve Barreto (2004), a imprensa alternativa se coloca ao lado dos oprimidos e contra os opressores, além também de não ser grande imprensa, pois esta é uma característica do “alternativo” ser oposição a grande imprensa.

O discurso do jornal também é permeado pelo discurso religioso

[...] As matérias que noticiam crianças passando fome, as dificuldades que indígenas estava enfrentando com a perda de território, e principalmente as torturas realizadas pela polícia. Havia uma forte relação entre religião e direitos humanos. Tendo por base esse alinhamento é possível inferir que a construção de empatia entre o público do jornal e a igreja também passaria por essa relação permeada pelo religioso. (OLIVEIRA, 2017, p.47)

Ainda, de acordo com Oliveira (2017), as notícias do jornal eram carregadas de religiosidade, o que possibilita que possamos vislumbrar uma relação entre o discurso do jornal com o discurso da igreja católica. Podemos tomar esta relação como coerente, já que desde o início da ditadura a Igreja é oposição frente a ditadura,

“Os movimentos populares se envolveram em vastos números com a Igreja e ajudaram a convertê-la à causa da libertação dos pobres. Ao mesmo tempo, a repressão brutal dos setores radicais da Igreja por parte dos militares, forçou a instituição como um todo a reagir, criando uma dinâmica de conflito permanente entre o Estado e a Igreja.” (LOWY APUD OLIVEIRA, 2017, p.74)

Isto posto, é a partir deste lugar apresentado e das relações que permitem ao Jornal Produzir enunciados sobre a prostituição que focaremos nosso trabalho.

2. DISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO

Quando nomeamos algo e estabelecemos seu significado mobilizamos uma carga de sentidos que é construída socialmente e historicamente, visto que como aponta Hall (2016), damos significados às coisas pelo modo como as utilizamos em nossas práticas cotidianas assim como concebemos sentido às coisas da maneira pela qual as representamos.

Então, o objetivo principal deste capítulo será o de demonstrar como se constituiu um campo de conhecimento sobre a prostituição que se relacionou diretamente com a moral e os bons costumes de uma determinada classe – a classe burguesa - que buscou estabelecer sua superioridade com a construção de uma “sexualidade de classe”.

Tendo como aporte Rago (1991), compreendemos a prostituição como acontecimento da modernidade¹¹ e um fenômeno essencialmente urbano “inscrevendo-se numa economia específica do desejo, caracterizada por uma sociedade em que as relações são mediadas pela troca e na qual todo um sistema de codificações morais [...] destina um lugar específico às sexualidades insubmissas. (RAGO, 1991, p.23)

É a partir da instituição da modernidade que podemos vislumbrar rupturas com o que era conhecido, institui-se uma nova forma de viver e relacionar-se que borra os limites conhecidos de atuação das mulheres e homens; a prostituição passa a ser debatida e tematizada como interesse público e do Estado; e é “Nesse complexo campo de redefinição de papéis e de valores, a prostituta foi construída como um contra ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina” (RAGO, 1991, p. 40)

Pois, com o esvanecimento dos papéis sociais associados à figura masculina e feminina, a sociedade viu ruir o ideal da Mulher vitoriana e emergir uma nova ‘mulher’ que adentra o espaço público, espaço tido como masculino, e em um momento de incertezas essa nova paisagem da esfera pública conformava um incômodo, era necessário agir, mas de que forma?

Respondemos a essa pergunta alocando a prostituição como resposta primeira, pois consideramos está uma forma de estabelecer a normatização das condutas femininas. Isto posto, debater a prostituição não é apenas a debater é ir além, e debater o papel delegado à mulher escancarar as estratégias de sujeição aplicadas ao corpo feminino e, em consequência, a todo o corpo social. Se faz necessário que desde a prostituição possamos debater a sociedade, pois a prostituição é um ponto

¹¹ Construído no século XIX a partir de uma referência médico-policial, o conceito da prostituição não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos. (RAGO, 1991, p.23)

em branco onde ocorre a omissão política, pois não queremos/não podemos escancarar o poder que esta reveste.

A prostituição pode ser vislumbrada desde a perspectiva das perversões:

A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E nesse avanço dos poderes fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. (FOUCAULT, 1988, p. 48)

A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo. (FOUCAULT, 1988, p.51)

À vista disso, é uma estratégia de acesso aos corpos, uma forma de que o poder adentre as mais sutis e íntimas condutas.

É como podemos pontuar, a identidade da prostituta, a prostituição enquanto fenômeno, foi estabelecida desde a perspectiva masculina e isto acabou por estigmatizar e silenciar a prostituta, uma estratégia utilizada para [...] defender-se contra o desconhecido – a Sexualidade feminina – Que conversa por imagens e metáforas assustadoras. (RAGO, 1991, p. 21), assim ao construir a identidade da prostituta também se construiu a identidade da “mulher do lar”, ou seja, forja-se uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona de casa, afetiva, mas assexuada no momento em que a industrialização cobra maior presença das mulheres no espaço público, a dupla identidade que rege a construção do que podemos descrever enquanto identidade feminina é constituída perante a dupla “Putá” ou “mulher do lar/ para casar”, identidade está forjada no seio do/e para o homem.

A prostituição se constitui como um fantasma que permeia as possibilidades das práticas femininas, visto que as atividades desenvolvidas pelas mulheres não podem atravessar a fronteira do que é papel da “mulher decente”, é, por fim, um método que mantém a conduta das mulheres restrita a um espaço normatizado e construído para elas é por fim

Un chantaje que coloca en principio como opuestas a la mujer de la mujer no puta, pero que al mismo tiempo coloca a la puta como una amenaza. Siempre puedes ser, al fin y al cabo, considerada una puta. El apelativo de puta puede siempre recaer sobre cualquiera de nos. [...] Por eso la palabra Puta y todo el universo que la rodea a la puta es imprescindible también desde el punto de vista de la construcción de referencia e identidad para las mujeres. [...] por otro lado, la omisión de la puta resulta ser el reflejo de la omisión de las mujeres por definición. (GALINDO Y SÁNCHEZ, 2007, p.30)

É por definição uma estratégia para pontuar qual o espaço de atuação feminino. E ao falarmos de prostituição intrinsecamente tratamos de nomear as formas de subjetivação moral, pelos quais homens e mulheres são submetidos como forma de controle e como as mulheres são sujeitas no campo da sexualidade. Quando falamos de prostituição estamos falando como apontam (GALINDO Y SÁNCHEZ, 2007 e RAGO, 1991) de um discurso que não se olha no espelho, pois o prazer masculino que permeia a mercantilização do corpo feminino nunca é pautado ao se falar de prostituição, já que a discussão se dirige para o elo mais fraco da equação, que no caso é o elo feminino, e “Nisto reside o encontro entre a identidade feminina e a da prostituta: ambas foram forjadas para o outro – a família, os filhos, os clientes, os agentes e a ortopedia moral.”(ADORNO, 1991, p.18)

Como já expressei acima, a prostituição é um fenômeno da modernidade que passou a ser classificada apenas no século XIX¹² - antes da classificação sistematizada da prostituição existiam práticas, que são confundidas com a prostituição, inclusive ao perscrutar pelo senso comum vislumbramos essas noções que remetem a prostituição a outras práticas, mas salientamos que “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta”(FOUCAULT, 2013, p.25) e é isso que acaba por ser transplantado ao discurso predominante as noções antigas sobre práticas similares influenciam na percepção do que se vê hoje, porém buscamos aqui nos desfazer dessas perspectivas.

Um ponto importante para uma possível diferenciação da prostituição para outras práticas de mercantilização do corpo é que esta “[...]começou a mudar de um trabalho temporário para uma ocupação mais permanente como resultado da agitação do século XIX a reforma legal e a perseguição policial”. (PATEMAN, 1993, p.290).

Se conformou como espaço “saturado de referências médico-policiais, e a figura da prostituta poderá ser estrategicamente redefinida, aparecendo como parâmetro de limite para o comportamento feminino no espaço urbano. Ora, em geral é em referência à entrada da mulher na vida pública que a prostituição vai sendo tematizada (RAGO, 1991, p.54).

A prostituição foi tematizada e classificada a partir da produção de discurso/s médicos, que constituíram uma “verdade” sobre tal, - pois [...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos

¹² Não tratamos aqui de dizer que a comercialização do corpo não existia antes desse período, apenas salientamos que a prostituição apenas se constitui enquanto tal no século XIX por meio de um processo complexo de produção científica e de construção de uma imagem hegemônica de tal fenômeno através da constituição desse saber científico. O que ocorria antes da conceitualização e construção de um campo de saber sobre o tema foram acontecimentos distintos ao qual buscamos aqui tematizar. Buscamos nos desvincular dessa imagem comum da prostituição enquanto uma prática natural e que está presente desde os primórdios da vida em sociedade, pois esta mirada se apresenta como uma estratégia discursiva de a historização das práticas as quais estamos dispostos.

apoderar.” (FOUCAULT, 2013, p.10) O discurso pertence a uma “ordem” específica e particular de uma época e possui uma função normativa e reguladora e organiza assim o “mundo real” a partir da produção de saberes, estratégias e práticas; logo, o discurso sobre a prostituição não escapa a uma lógica discursiva - aliado a disseminação desse discurso para as instituições, com especial atenção a instituição policial que agirá de forma direta sobre o espaço e os corpos da prostituição como artífice da moral e dos bons costumes.

A produção discursiva médica e criminológica acerca da prostituição classificou a prostituição como [...] “vício”, “fermento corrosivo lançado no grêmio social”, que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social (RAGO, 1985, p. 85) e na maioria dos casos buscava as motivações femininas para realizar adentrar ao espaço “fantasmagórico” da prostituição necessário para a construção da identidade da prostituta, que, por fim, construiu figuras polarizadas também dentro da prostituição,

As figuras polarizadas da prostituta que emergem da documentação – de um lado, a meretriz vitimizada pelas condições econômicas adversas e por um Destino Implacável; de outro, a femme fatale, que, embora não seja originalmente prostituta, é frequentemente associada a ela para designar a cortesã poderosa e cruel – correspondem a dois tipos de explicação que os estudos sobre a prostituição apresentam.(RAGO, 1985, p.21)

Então, as explicações sobre a prostituição versam sobre duas figuras, a mulher que desde o viés econômico é levada a se prostituir devido à condição de miséria a qual está disposta sendo assim uma vítima da sociedade e das condições a que está a expôs enquanto vítima, e desde outra perspectiva a mais psicologizante a explicação parte de um caso patológico onde a mulher devido a problemas de ordem psicológica é uma devassa por natureza, “a prostituição é focalizada tanto como resposta a uma situação de miséria econômica, quanto como transgressão a uma ordem moral acentuadamente rígida e castradora.” (RAGO, 1991, p. 21). Em ambos os casos ocorre romantização da prostituta e pouco nos diz acerca do fenômeno, pois trata da negatividade do fenômeno e não busca explicitar quais são as positivities que esta possui e constrói.

No Brasil a prostituição era vista como o lado indesejado do progresso e deveria ser eliminado ou confinada, a criação da delegacia de costumes e jogos criada em 1924 demonstra de forma direta a constituição de uma máquina de controle as práticas “ilegítimas” da população deveriam ser controladas utilizando-se de repressão institucionalizada¹³. Surgem assim figuras

¹³ O delegado Cândido Motta é figura central na constituição dessa repressão institucionalizada. Percebendo a prostituição como doença, necessária, porém fatal, Cândido Mota apoiava-se no médico francês Parent-Duchâtelet para justificar medidas de vigilância e vida das prostitutas. Para ambos, a prostituição tinha como função social canalizar os líquidos seminais masculinos, como os lixos e excrementos nos esgotos sendo inevitável em qualquer aglomeração de homens. Não se tratava, evidentemente, da necessidade de responder a uma exigência feminina, já que a mulher, segundo o pensamento médico e jurídico do período, primava por uma baixa intensidade do instinto sexual, como veremos a seguir. As mulheres que se dispunham a desempenhar papel tão aviltante só poderiam ser comparadas aos receptáculos dos detritos sociais, pensavam eles. (RAGO,1991, p. 112)

conhecidas que buscam dissecar e controlar o mundo da prostituição, já que a prostituição [...] deveria ser represada para que não transbordasse em práticas condenáveis, desconhecidas e clandestinas. (RAGO, 1985, p. 85). Figuras como Cândido Motta e F. Ferraz de Macedo¹⁴, que sofrem influência direta de pensadores como Alexandre-Jean-Baptiste Parent-Duchâtelet que era,

Herdeiro de tradição agostiniana, este médico francês, especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris, identifica a prostituição as imundices do submundo e reflete a nova obsessão com os miasmas e com o lixo, que apavoram as classes dominantes. Defensor ardente do projeto “regulamentarista” aplicado na França desde inícios do século XIX. (RAGO, 1985, p.85)¹⁵

É através dessas concepções que os médicos sanitaristas brasileiros, contemplam ao mundo da prostituição e [...] classificam as mulheres “degeneradas”, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social.(RAGO, 1985, p.86).

Como é possível entender essas práticas sobre o corpo e mais especificamente sobre o sexo? A afirmação de que o sexo é sempre político pode solucionar nossas dúvidas sobre as práticas de controle que incidem sobre o corpo da Prostituta e o espaço que esta ocupa, como já vimos é a partir da colocação em pauta do comportamento visível antinormativo que se pode vislumbrar formas de controlar também a norma, pois, como já apontamos acima, é através da intensificação, consolidação e separação de sexualidades periféricas que as relações entre o poder e o sexo se ramificam e adentram as condutas através do corpo. E é através da sexualidade que podemos vislumbrar esse processo.

A sexualidade humana usualmente é vista como natural e universal, portanto, é a chave universal que abre as portas para o sentido e a essência da população, já que

A questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Nem tanto ao sexo-natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo- história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso. Colocamo-nos, a nós mesmos sob o signo do sexo, porém, de uma Lógica do sexo, mas do que de uma física. (FOUCAULT,1988, p.76)

A sexualidade é então a chave para que possamos descobrir quem somos, assim como aponta Neto (2010), a sexualidade demonstra uma trilha para a história da formação de um saber sobre o

¹⁴ O médico F. Ferraz de Macedo recorre a Parent-Duchâtelet em sua tese de doutorado sobre a prostituição onde conclui que as causas que favorecem a prostituição pública, destacam-se a : ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado de prazer, o amor ao luxo, a miséria financeira, que leva a mulher a buscar recurso próprios fora do lar, o desprezo pela religião, a falta de educação moral e principalmente o temperamento erótico da mulher. (RAGO, 1985, p.86)

¹⁵ Como já descreveu Rago (1991), Alexandre Parent-Duchâtelet a influência predominante no meio médico-sanitarista e entre a polícia de costumes brasileira, preocupada em conhecer de forma minuciosa e controlar rigidamente a vida cotidiana das prostitutas.

sexo e atinge a sexualidade individual, A vontade¹⁶ de saber o sexo de encontrar a verdade do sexo é o que nos faz sujeitos, nos tornamos sujeitos por nós mesmos através de nossa sexualidade, considerando sujeito conforme Foucault conceitua, sujeito à sua própria identidade através de uma consciência ou autoconhecimento. Assim, a sexualidade é tanto um mecanismo de assujeitamento quanto um modo de subjetivação.

Assim, a sexualidade é essencial para a compreensão da população, pois é a ferramenta política por excelência ao qual os Estados podem utilizar para estabelecer relações de poder sobre a população. O dispositivo de sexualidade, é o mecanismo de poder que vai atuar no controle da população já que a sexualidade,

[...] aparece como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder [...] nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.(FOUCAULT,1988, p.98)

A sexualidade é uma forma de exercício do poder que faz do sexo e do prazer um de seus pontos de inscrição sobre os corpos individuais. Poder como multiplicidade de correlações de forças, estratégias que em uma cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais, onde o poder está também está a resistência. Cabe a nós nos perguntarmos

[...] em tal tipo de discurso sobre o sexo em tal forma de extorsão de verdade que aparece historicamente e em lugares determinados (em torno do corpo da criança, a propósito do sexo da mulher, por ocasião das práticas de restrição do nascimento, etc.), quais são as relações de poder mais imediatas, mais locais que estão em jogo? Como tornam possíveis essas espécies de discursos e, inversamente como esses discursos lhe servem de suporte? [...] Trata-se de emergir a produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis. (FOUCAULT, 1988, p.93)

Por isso é preciso construir uma analítica do poder que não tenha mais o direito como modelo e código, “[...] pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei.” (FOUCAULT, 1988, p.87) e analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo em termos de poder. E é como aponta Foucault no discurso que poder e saber se articulam. Por isso devemos conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável, mas múltiplos elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes.

E assim tendo o dispositivo de sexualidade e controle dos corpos como escusa que a prostituição emerge enquanto uma prática classificada e analisada. Caracterizando uma das

¹⁶ A vontade, assim entendida, não é uma faculdade humana; ela é, num certo modo de dizer as coisas, exterior ao ser humano; apesar disso, da sua exterioridade, ela é o que determina a subjetividade do homem. O homem nasce sujeito à vontade, e por meio dela reconhecendo em si mesmo essa vontade, que a princípio lhe é exterior, que ele se subjetiva. Homo Sexualis é o nome desse sujeito da vontade de saber o sexo, sujeito do desejo do sexo. (NETO, 2010, p.85)

sexualidades insubmissas e explicitando a necessidade de assepsia dessas regiões é que o saber médico pode realizar qualquer ação sobre esses corpos que cruzaram a linha da “normalidade” instituída, pois “As medidas que os policiais e médicos tomaram em relação a prostituição foram plenamente amparadas pelas justificativas científicas vigentes no período que atestavam a inferioridade física e mental das mulheres. (RAGO, 1991, p. 141)

Ao exacerbar o potencial pernicioso da prostituição, desde a inserção da imagem da prostituta enquanto “a peste” em si e ao utilizá-las enquanto as grandes ameaças à saúde da população, pois estas segundo esses médicos eram as responsáveis pela transmissão de doenças, era como instituir a figura da prostituta como um mosquito transmissor de doenças, os médicos do período puderam “[...] conhecer minuciosamente a vida cotidiana das meretrizes e o interior dos bordéis e para traçar uma geografia e uma tipologia das práticas do submundo. (RAGO, 1991, p.134).

Como demonstra Rago (1985) os médicos do período em nome da luta contra o “perigo venéreo”, em defesa da saúde da população e da preservação da espécie, estudaram e medicalizaram a sexualidade da mulher, ao conhecer melhor a prostituição puderam estabelecer as normas de conduta da “mulher honesta” e da “mulher degenerada”, pois caminhavam com a “verdade” científica é assim que “Na guerra sanitária pregada pelos médicos, a moralização dos costumes e a contenção do desejo eram itens fundamentais. O combate à prostituição deveria passar pela censura dos filmes fortes ou pornográficos, que mostravam abertamente cenas representadas nos “alcouces”. (RAGO, 1991, p. 137). Então,

Os sanitaristas brasileiros retomaram o perfil da prostituta desenhada por Parent-Duchâtelet e sucessivamente reproduzido pela literatura prostitucional. Este modelo imaginário de prostituta, que teve aceitação universal, determinou o comportamento das próprias mulheres identificadas com esta condição. Além disso, ao referenciar seu comportamento, o modelo da mundana construído pelo médico francês fortaleceu ao mesmo tempo o ideal da mulher honesta, mãe dedicada e submissa, na medida em que se diferenciava do contratipo repelente da meretriz. (RAGO, 1985, p.89)

Um ponto que ainda não pontuamos, mas que é de vital importância para o entendimento da prostituição brasileira é o relacionado a nossa colonização. Um país que enquanto Estado¹⁷ tem uma história relativamente recente e particular não pode ser vislumbrado sem apurarmos alguns acontecimentos que configuram o fenômeno da prostituição distinto de outros países.

Por exemplo, como demonstra Rago (1985), Rago 1990) e Daou (2016), um país que em um primeiro momento foi colonizado e passou pela escravidão também deixaria rastros no campo da

¹⁷ Existem discussões acerca da presença ou não de organizações sociais como o Estado-nação nos países colonizados em um período pré-colonização, mas esse não é nosso intuito aqui, porém nos cabe colocar nossa breve perspectiva já que o Estado é uma noção tipicamente ocidental nos parece considerar as organizações que existiam antes da colonização desde um viés que é o do colonizador, o buscar semelhanças como forma de mostrar o que não havia e o que havia de semelhanças com a definição clássica de Estado outra forma colonização.

prostituição, e assim o foi, a prostituição à brasileira foi classificada e hierarquizada em seu próprio seio e essa hierarquização perpassa pela raça, as prostitutas brasileiras no final do século XIX e início do século XX, e ousamos dizer que ainda hoje, eram classificadas em três grandes grupos: “o das prostitutas de luxo francesas, o grupo com status intermediário das polacas, advindas da Europa Oriental, e o das mulheres negras e pardas, que era a prostituição mais barata (DO CARMO apud DAOU, 2016, p.79). As prostitutas brancas, principalmente as francesas, eram as mais procuradas e suas presenças representavam o ideal da modernidade, eram essas mulheres que transmitiam os ideais da modernidade e também essa procura por prostitutas brancas pode estar ligada à política de “branqueamento” que marcou o país. A política de “branqueamento” no país teve em grande medida influenciada pela corrente positivista científica disseminada no Brasil entre o final do século XIX e século XX, disseminada por meio da divulgação de cientistas como Parent-Duchâtelet que apresentamos acima e Cesare Lombroso, o que será mais detidamente. E, portanto,

[...] embora todas as prostitutas sofressem com os estigmas dessa atividade, as negras continuaram sendo as mais marginalizadas/discriminadas. Associava-se a elas uma carga negativa de “degradação sexual e sujeira”, o que, obviamente, está relacionado à Visão que se tinha do negro nesse período. Por isso, ainda que, curiosamente, a grande maioria das prostitutas fosse estrangeira, as meretrizes negras foram vítimas de maior repressão e violência policial (DAOU, 2016, p.81).

É assim que através da ampliação de um conhecimento teoricamente orientado pelos papéis de gênero que buscamos mostrar que o conhecimento sobre a prostituição passa a configurar uma forma de conter as mulheres como um todo. Por isso é importante vislumbrar o importante papel que a Prostituta/PUTA pode trazer para a teoria, pois a prostituição não é algo que seja relevante apenas a quem está nesse ponto da estrutura, mas a todos como sociedade, pois quando falamos da prostituta falamos da “Outra”, ponto que também é vislumbrado ao falar das mulheres em geral, pois na maioria dos casos é considerada como figura suplementar a figura masculina¹⁸ em nossa sociedade, já que “Ocupamos siempre el lugar de la otra innombrable, impresentable y que no puede y no debe ocupar sitio ninguno, ni palabra en primera persona, somos "la otra". (GALINDO Y SÁNCHEZ, 2007, p. 29), ainda de acordo com Galindo e Sánchez (2007) o debate sobre a prostituição não deve fechar um círculo em torno da condição da prostituta, mas deve ser visto como um debate mais amplo, e não realizado apenas entre as prostitutas, pois é na prostituição que podemos vislumbrar onde se dá a violência contra as subjetividades e corpos.

É a partir desta perspectiva que podemos vislumbrar que as instituições que se relacionam com a prostituição, mas não apenas com esta, são sexuadas, são masculinas, pois como aponta Scott “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre

¹⁸ Assim, como também das demais subjetividades subalternas.

os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder [...] (SCOTT, 1995, p.86) e adiciona-se a isso a perspectiva de Galindo e Sánchez (2007), segundo a qual o Estado é um “Proxeneta”, pois,

El carácter masculino del Estado: ya no solamente relacionado con su patrón patriarcal que viene de padre, sino con su patrón proxeneta que viene de explotador y mutilador del cuerpo de las mujeres. [...] Nos aclara también la negación de nuestra condición de sujetos. Por eso las mujeres, en un Estado patriarcal que es un Estado proxeneta, actuamos y existimos por fuera de la historia y de la Política. [...] El “Estado proxeneta” es definitivamente una manera de jerarquizar las relaciones sociales en una determinada sociedad. Es una mirada que sale desde el mundo de la prostitución, pero que nos sirve para comprender las relaciones sociales en todos los ámbitos y actores. [...] (GALINDO E SÁNCHEZ, 2007, p.82)

Essa perspectiva acerca do Estado¹⁹ desde a mirada de que é uma instituição intrinsecamente masculina, assim como as demais instituições, nos permite ver como diferença sexual é parte ativa das instituições e por consequência no pensar o mundo político.

2.1. PROSTITUIÇÃO E OS DEBATES RECENTES

A prostituição como conceito possui uma história que muitas vezes é confundida com a história da opressão das mulheres como também com a história do sexo, a prostituição não possui uma história única, mas sim diversas histórias. A prostituição é um conceito com inúmeras narrativas, pode ser tanto qualificada como forma de liberdade sexual para as mulheres e como fonte de opressão dos homens para com as mulheres desde o sexo, mas também,

haveria uma terceira linha de interpretação dentro do movimento feminista que percebe o sexo não como um campo fixo posições de gênero e poder, ou seja, nem como ponto de opressão nem como fonte de poder da Mulher, mas como um terreno em disputa, no qual o poder masculino pode tanto ser desestabilizado, em função dos espaços de resistência e subversão cultural, quanto reforçado. E, nessa perspectiva, a prostituição e outras formas de mercantilização e consumo do sexo podem ser lidas de maneira mais complexa. (GERSHON, 2007, p.36)

E como buscamos explicitar acima é ao final do século XIX e início do século XX, que a prostituição passou a ser objeto de classificação e estratégias de controle e se constituiu em um objeto e buscamos demonstrar como a constituição de um campo de saber-poder sobre tal ocorreu no Brasil²⁰. “A medicina patologizou, a Polícia disciplinou e o Direito tentou justificar o violento controle da prostituição e a tentativa de enquadrá-la aos anseios burgueses. (DAOU, 2016, p.84), essas inúmeras tentativas de “regrar” a prostituição, já que as autoridades brasileiras não queriam pôr

¹⁹ Lembrando que o Estado é o espaço onde se cristalizam as diversas correlações de forças, assim sendo, as demais relações de força, também são intrinsecamente masculinas.

²⁰ Porém, apontando que não nos debruçamos sobre uma problemática muito importante que é a questão de raça e isso é uma defasagem em nosso trabalho, mas ainda assim apontamos nossas falhas e buscaremos sanar as inúmeras lacunas que esse trabalho não pode trabalhar em outras oportunidades.

um fim a tal fenômeno, pois a consideravam um mal necessário, mas apenas manter sob controle restrito adequar ao mundo “desodorizado” que vinham instituindo para o proletariado.

Portanto, não podemos deixar de passar pelas formas de controle que o Brasil pensava desde a perspectiva jurídica e como descreve Tavares (2002), existem alguns sistemas político-jurídicos de enquadramento da prostituição, o sistema proibicionista que considera a prostituição um crime a ser erradicado e condena a todos os envolvidos nesta prática. O sistema abolicionista, considera a prostituição uma violência contra as mulheres restringindo a liberdade e cidadania das mulheres tendo as mulheres enquanto vítimas desta prática e o sistema regulador que tem a prostituição como não erradicável é necessário assim limitar os danos que este pode causar a sociedade, regulamentando-o. Esses sistemas regulam e direcionam a conduta policial e da “opinião pública”, no início do século XX, no Brasil, debatíamos duas formas de controlar a prostituição, desde a perspectiva Regulacionista ou desde a perspectiva Abolicionista. No início do século a perspectiva Abolicionista buscava abolir a prostituição para gerar mais dignidade às mulheres, porém

O Abolicionismo brasileiro do início do século XX – assim como o Abolicionismo inglês que o inspirou – não conseguiram se desvincular de noções moralistas, higienistas e da culpabilização da prostituta pela existência de sua atividade. Para essa corrente, “a moralização dos costumes e a contenção do desejo” seriam a solução para o problema do meretrício, também tido por eles como principal responsável pela disseminação de doenças venéreas. Para tanto, defendiam que as prostitutas deviam ser educadas moral e religiosamente, e ainda incentivadas a se casarem. (DAOU, 2016, p.86).

A perspectiva abolicionista e o regulamentarismo monopolizavam o debate sobre como compreender e tratar a prostituição, e nesse espaço de debate a partir da década de setenta os movimentos feministas adentraram ao campo de debate da temática de forma sistematizada, pois até o período referido o debate acerca da prostituição se mantinha sublimado pela situação sócio-política do país,

Quando, no mundo anglo-saxão, as feministas se debatiam nas “guerras do sexo” em torno da pornografia e prostituição (Rubin, 1984), a organização dos grupos feministas no Brasil girava em torno de outras questões (Piscitelli, 2008). Levando em conta depoimentos de diversas ativistas, durante as décadas de 1970 e 1980, a prostituição não parece ter integrado o leque de principais inquietações no movimento. Esse momento, identificado como uma “segunda onda” do movimento no país, é vinculado à oposição ao regime militar, a lutas pela democratização e pela anistia e também às “lutas específicas”, contra a dominação masculina, a violência contra as mulheres e pelo direito ao prazer (Pinto, 2003, Matos, 2010; Corrêa, 1984; Shumaker, 1993). (PISCITELLI, 2012, p.14)

Esse período é significativo para examinar nossa história frente ao que comumente são denominados como grandes centros, visto que no mesmo momento que vivenciamos um governo ditatorial de supressão das liberdades sociais e políticas e sucede um agir direto sobre os “subversivos” há ao mesmo momento a emergência de movimentos que questionavam a ordem vigente, como o Maio de 1968, onde discussões acerca do que é intitulado como “Revolução sexual” passam a ocorrer.

À vista disso, as discussões mais sistematizadas e recorrentes sobre a prostituição no Brasil ocorrem em um momento mais tardio, contudo sem perder qualidade, surgem movimentos em defesa dos direitos das prostitutas e a discussão mostra formas de distintas interpretar a prostituição, onde para algumas vertentes do movimento feminista a prostituição seria uma profissão como qualquer outra reivindicando assim a alcunha de “trabalhadoras do sexo” ou “Profissionais do sexo” e outra vertente que considera a prostituição como a forma mais degradante de exploração da mulher. Esta discussão muito se confunde com a forma como o sexo e a sexualidade são concebidas.

Nesse mesmo momento, a discussão sobre a prostituição retorna ao que permitiu que esta seja concebida como tal e que permitiu que as mulheres que são classificadas desde essa perspectiva sejam vistas e tratadas de tal maneira, analisar o seu passado recente e quem e como esta foi classificada é um caminho, por exemplo, como já apresentamos acima no final do século XIX e início do século XX no Brasil está vigente um movimento que busca classificar e controlar a prostituição se pautando no discurso médico e policial, esse movimento cria a imagem de como a prostituição será vislumbrada pela sociedade e pelas instituições e posteriormente como se dará o tratamento desse campo, é necessário analisar o que permitiu que as práticas que são dispensadas sobre os corpos que fogem à norma, se faz necessário perscrutar a história do nosso presente.

Já na década de 30, com a entrada de Vargas na presidência, de 1930 a 1945, e sua política de preconização da família vê-se ocorrer maior segregação para com a prostituição.

A “família” era um dos grandes valores preconizados pelo Estado Getulista. A Constituição Federal autoritária instituída durante em 1937 – conhecida popularmente como “Polaca”, por ter sido inspirada na Constituição fascista polonesa da época – previa inclusive que a família deveria estar sob especial proteção do Estado (artigo 124, *caput* da CF/1937). Nesse sentido, tudo que se encontrava fora do modelo tradicional de família enfrentou severa repressão. (DAOU, 2016, p. 87)

É também durante o governo de Getúlio que o código penal brasileiro é promulgado, “Decreto nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que aumentou o número de tipos penais, criminalizando condutas ligadas à prostituição. Entretanto, conforme já mencionado, o Código também se absteve de criminalizar a prostituição em si. [...] (DAOU, 2016, p. 87), ou seja, ainda que para o Brasil a prostituição seja uma prática que corrompia os valores da família e a assepsia do ambiente era necessária, mas aleijada e longe do “Cidadão de bem”.

Então, a prostituição brasileira existe conforme a tolerância das autoridades, “Tolerada, porém segregada: esse é o mais fidedigno retrato da prostituição no Brasil, especialmente em meados do século XX. (DAOU, 2016, p.90), a preocupação do Estado brasileiro com a atividade sempre foi em tons de torná-la mais discreta e palatável para as classes burguesas, por exemplo, a preocupação com a saúde das prostitutas nunca foi por estas, mas sim pelos homens que estavam com essas

mulheres, como aponta Galindo e Sánchez (2007), acerca do papel da prostituta para o Estado como uma trabalhadora que lhe traz dados e atua para a saúde da população, mas nunca para com estas mulheres.

Nunca houve uma regulamentação aprovada que pregasse pela melhora na vida dessas mulheres, como aponta Daou (2016),

A regulamentação do meretrício, portanto, deu-se de forma meramente empírica, pela Polícia, sem que um projeto de lei com esse conteúdo tivesse sido aprovado. Essa “regulamentação à brasileira”, que passa ao lar o do princípio da legalidade, colocou inúmeras prostitutas em situações degradantes. Conforme já mencionado, para escapar de tais prisões ilegais, algumas dessas mulheres tiveram que recorrer ao instrumento do *habeas corpus*. Nesse sentido, não é difícil imaginar como a repressão policial e a vulnerabilidade delas aumentou com a supressão desse remédio constitucional em 1968, durante a Ditadura Militar, pelo Ato Institucional n.º 5 – revogado apenas em 1978. (DAOU, 2016, p.93)

A situação das prostitutas brasileiras já era degradante no período que precedia a ditadura militar como seria essa situação com um governo que tomou o poder estatal com grande apoios da sociedade civil que pedia pela volta da moralidade e dos bons costumes – Marcha com Deus pela Família – não poderia vir a significar boa coisa para as sexualidades insubmissas.

E mesmo que o final da década de 60 – com as revoltas como o Maio de 1968 e a Revolta de Stonewall – pode haver instaurado uma “flexibilização” dos costumes, esta ocorreu conforme a designação do governo ditatorial e como escreve Daou (2016), atravessar os limites significava a subversão e essa era combatida pelo Governo militar. A lei da Vadiagem²¹, criada ainda no governo de Vargas, era utilizada como escusa para prender os que subvertessem a ordem de comportamento e foi utilizada inúmeras vezes para efetuar a prisão das/os que exerciam a prostituição, Como Relata Nanci em matéria do Jornal O globo,

Éramos presas por vadiagem. Ia para a delegacia fazer faxina, levar palmatória e até lavar defunto. Levei muita carreira (violência policial). Nem todas suportaram. Algumas morreram. Era uma época de comissário e de radiopatrulha. Todo mundo tinha medo da rua. Naquela época, não tinha como pedir socorro, como tem hoje — disse Nanci. (NANCI para O globo)

Ainda que não houvesse uma lei específica sobre o exercer a prostituição abriram-se brechas para que esta fosse controlada por meio da lei, a ditadura como um período de supressão das liberdades, exerceu-se de forma violenta sobre as prostitutas.

²¹ Foi em plena ditadura do Estado Novo (1937-1945), no governo Getúlio Vargas, que o Brasil assistiu à criação da chamada lei da vadiagem. Num país com históricos problemas de falta de trabalho, especialmente para a população de renda baixa e pouca escolaridade, a legislação previa a punição por ociosidade de uma pessoa apta a trabalhar. Desde então, a “vadiagem” serviu, em muitos casos, como uma espécie de manto para encobrir o abuso de poder da polícia — representante do Estado — nas prisões efetuadas para averiguações. (O globo)

2.2. APROXIMAÇÕES À PROSTITUIÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

Apresentamos na primeira parte do trabalho como ocorreu a constituição de Foz Iguaçu enquanto cidade e fica claro que a chegada da década de 70 e o início das obras da hidrelétrica de Itaipu configura um marco para a cidade, podemos afirmar que há uma Foz do Iguaçu antes de Itaipu e outra que se constitui durante o processo de construção da usina e uma Foz do Iguaçu após a conclusão das obras.

A cidade se expande com Itaipu e essa expansão acelerada auxilia na atenção a práticas que até o momento eram de menor importância ou ocorriam em menor escala, porém que com o aumento da população estas práticas também se expandem, por exemplo, o acréscimo do número de crimes e a constituição de uma área específica para a prostituição denominada pelos populares da época como “Zonão de Três Lagoas”.

O desenvolvimento acelerado perpetrado por Itaipu era sinal de desconfiança para os moradores, pois punha fim a uma paisagem conhecida – a pacata e tranquila cidade do interior - agora era ponto de chegada de inúmeros “aventureiros”, nota-se a presença de duas narrativas, “Se a obra trouxe o ”desenvolvimento”, na linguagem dos tecnocratas da Itaipu, encontra-se, contudo nas narrativas dos moradores mais antigos, outra imagem da obra, associada a “violência”(RIBEIRO, 2002, p.57)

As narrativas acerca da prostituição nesse período, todavia ainda seguem em sua maioria sem uma maior incursão pelo mundo acadêmico, portanto, aqui buscaremos desde a apresentação de Ribeiro (2002) apresentar de forma *sencilla* a Prostituição na cidade, pois nosso objetivo é perscrutar a representação da prostituição desde a perspectiva jornalística da cidade.

Um aspecto significativo inicial é demonstrar quais os impactos sociais que as grandes obras podem causar no espaço ao qual serão implementadas, pois, o processo de construção dessas grandes obras – e Itaipu é uma das maiores – interfere na geografia e nas imagens da cidade, os impactos sociais dessas obras, que usualmente não são analisados antes da implementação material do projeto, ocorrem antes mesmo do início das obras, visto que antes das obras usualmente há um processo de expulsão da população das áreas de interesse dos empreendimentos, esse processo de desterritorialização é de grande alcance com Itaipu.

A prostituição em Foz do Iguaçu é atingida pelo processo de remanejamento e desterritorialização, uma vez que o espaço que constituía a zona de meretrício da cidade até a década de 70 estava localizado na Vila A, contudo como este espaço foi destinado para a criação de uma vila da Itaipu, a prostituição é alocada para outro espaço atualmente conhecido como Três Fronteiras.

[...] a zona de meretrício de Foz do Iguaçu esteve em dois lugares: inicialmente ela funcionava na saída de Foz do Iguaçu para Cascavel; depois, foi transferida para o local onde hoje está o Conjunto Habitacional “A” de Itaipu. Numa terceira transferência, devido aos processos de desapropriação por parte da Itaipu, a zona foi removida para Três Lagoas. (RIBEIRO, 2002, p. 88)

É desta forma que “Assim como os agricultores e, mais tarde os Barrageiros, as mulheres foram desapropriadas e jogadas para um local sem nenhuma infraestrutura, um local transitório, afastadas da cidade, onde a presença do barro marca o espaço físico destinado ao meretrício.” (RIBEIRO, 2002, p.91). O processo de desapropriação é essencialmente um processo de desterritorialização e de destruição de vínculos com o espaço ao qual fazemos parte. Por muitas vezes, a desapropriação cria um sentimento de vazio, além de muitas vezes a recompensa financeira não ocorre de maneira justa como demonstra o relato de Dona Adaltina para Ribeiro (2002)

Mixaria eles deram na nossa casa, com tudo, pra se mudar com as crianças, com o marido doente, se mandar dali. Todo mundo se mandou, só ficou na vila A, só o povo da Itaipu. As casas foram devastadas. Foram levantadas casas e mais casas, como está ali, coisa linda, e o povo dali foi recuando, se retirando, que nem uma guerra (Entrevista, setembro de 1997). (RIBEIRO, 2002, p.88)

Como vemos as prostitutas de Foz perpassam processos similares aos perpetrados sobre os agricultores e barrageiros. A zona de meretrício, então se institui em um espaço afastado do centro da cidade, com o terceiro capítulo poderemos vislumbrar melhor como a população percebia a prostituição alocada em um espaço específico para si.

A construção de Itaipu altera os frequentadores da zona de meretrício, pois antes das obras, segundo relatos, o público frequentador era composto por moradores da cidade e turistas de cidades vizinhas, mas com o início das obras altera-se o público sendo neste segundo momento a maioria dos frequentadores trabalhadores da Itaipu.

Muitas pesquisas realizadas no âmbito dos grandes empreendimentos relaciona a presença ampliada da prostituição as grandes obras de infraestrutura, “O mercado da prostituição, nestes locais, se desenvolveu acompanhando os fluxos migratórios, aumentando e diminuindo de acordo com o ritmo das obras e da garimpagem[...] (FARIA, COELHO E MORENO, 2013, p.24), ainda que não se tenha uma coleta sistematizada de dados sobre essa relação, por ser uma atividade que encontra-se fora dos domínios legais esta encontra-se visível nos relatos e matérias jornalísticas que analisam a questão, porém, no caso de Foz do Iguaçu os dados referentes a números são reduzidos e dessa forma não podemos concluir relação direta, ainda que possamos compactuar com a perspectiva de que “Mais do que o impacto social, em locais de implantação de grandes obras, a exploração sexual e a prostituição se convertem em condições para sua existência e realização, pois historicamente uma está ligada à outra”(OLIVEIRA, 2016).

É devido a falta de informações e a impossibilidade de realizar entrevistas que buscamos analisar o discurso do Jornal Nosso Tempo sobre a prostituição, pois vislumbramos na imprensa um plasmar da opinião pública assim como devido aos mapas sociais que a construção social da notícia mobiliza e isso constitui a próxima etapa do nosso trabalho.

3 O NOSSO TEMPO E A PROSTITUIÇÃO

Após, esses dois capítulos vamos nos empenhar no que propomos ser nossa análise e como indica Foucault (2008) é necessário compreender cada momento do discurso como uma incursão de acontecimentos em uma dispersão temporal que o permite ser repetido, esquecido, transformado e apagado é preciso o conceber em sua instância, mas também perceber que em sua descontinuidade ele relaciona-se com os enunciados que o precederam e o seguem. O importante é analisar o nível de correlação existente entre uma frase dita em algum lugar no tempo e um espaço e outra frase dita em outro lugar de tempo em outro espaço se houve/há a atualização do dito anteriormente nesse novo momento de emergência.

Portanto, podemos definir os enunciados como

[...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2008, p. 98)

E estes enunciados, entram em redes, se colocam em campos de utilização e se integram a operações estratégicas onde sua identidade se mantém ou se apaga e portanto, o discurso enquanto um conjunto de enunciados que constituem a mesma formação discursiva não tem um único sentido ou verdade ele é por si só história.

Utilizaremos dos enunciados como foco de análise e ao mobilizarmos a perspectiva analítica foucaultiana de análise dos enunciados devemos ter em mente as condições de funcionamento destes. A primeira condição de funcionamento de um enunciado e que estabelece um sentido para este é que ele necessariamente deve estar relacionado a outra coisa, a presença de um correlato que o enunciado traz a uma condição de emergência.

A segunda condição de funcionamento de um enunciado é que este estabelece uma relação singular com o sujeito, ou melhor dizendo, todo enunciado constitui uma posição-sujeito que é o espaço que o enunciado inaugura para que um indivíduo possa ocupar essa posição quando mobilizar e transformar este enunciado. A função enunciativa não existe sem um domínio associado, ou seja, um enunciado apenas existe em um jogo denominado campo associado a outros enunciados em uma dada formação discursiva.

E um enunciado tem sempre uma existência material, pois é sua existência que abre possibilidades para a formação das frases e proposições que o colocam em um campo de relação com outros enunciados, visto que todo discurso remete a um já-dito, mas que também é algo que nunca

foi dito antes, é o enunciado que garante a singularidade do acontecimento, “porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.”(FOUCAULT, 2008, p.32)

Para emprendermos tal tarefa recorreremos a ferramenta do recorte ao selecionarmos fragmentos do corpus para a análise, selecionamos e focalizamos os enunciados específicos a proposta de nosso trabalho. O corpus é composto pelas publicações do Jornal Nosso Tempo no período de abertura democrática brasileira, de dezembro de 1980 a dezembro de 1985 e o recorte o reduz a matérias que se referem diretamente a temática prostituição.

Após, este primeiro recorte com base em nosso objetivo optamos pela separação das notícias de acordo com o espaço de emergência em qual os enunciados emergem, por exemplo, a prostituição é um fenômeno que aparece nos interstícios do discurso médico, policial e religioso e no Jornal Nosso Tempo, notamos que o tema é narrado em relação a acontecimentos que mobilizam interpretações em algum desses três campos discursivos ou em suas relações. E, portanto, dividimos as notícias em três grupos para a análise, porém apontamos que essa separação é apenas para a organização do trabalho, pois a separação tal qual proposta aqui de fato não existe já que os enunciados mobilizados pelas notícias se relacionam entre si.

Como nossa questão primordial é saber como a prostituição era representada pelo Jornal Nosso tempo e se está retratação em algum momento divergia ou convergia à representação hegemônica da prostituição buscamos através de cortes nos enunciados hegemônicos comparar se havia ou não a correlação direta com esse enunciado anterior.

A edição de número 5 do jornal Nosso Tempo, publicada em 7 de janeiro de 1981, tem-se o que inferimos como a primeira aproximação e produção de enunciados sobre a prostituição em Foz do Iguaçu e a matéria se estrutura de forma a apresentar o espaço e as pessoas que compõem o universo do Meretrício estabelecida na região de Três Lagoas, nos arriscamos a rotular a referida notícia como um “safári” ao desconhecido. Como demonstra a figura 2 é uma forma de apresentar o que era a “Zona”.

Esta matéria se debruça sobre o cotidiano da “zona de meretrício” de Foz do Iguaçu com o intuito de primeiro analisar quais as razões/justificativas das mulheres que ali se encontram percorre e registra o cotidiano destas mulheres, questiona e publica as práticas que ali se dão.

Se voltarmos ao estudo de um dos principais estudiosos sobre a prostituição, Parent-Duchâtelet, reparamos que ele [...] realiza um minucioso estudo sobre as origens da prostituição, a vida cotidiana das meretrizes, faz um levantamento estatístico de sua proveniência, idade, estado civil,

profissão, hábitos, clientela[...] (RAGO, 1985, p.85) se perguntando o “Por que elas foram parar ali? as histórias são incríveis.” (Edição 5 Nosso Tempo).

Ao entrevistar uma “Professora que virou prostituta”, a matéria a toma como espécie rara, pois é culta e inteligente, o que deixa implícito de que posição o Jornal compreende e escreve a prostituta, contudo a entrevista intercala-se entre as perguntas sobre como é estar na prostituição e sobre o que ocorre com os clientes. as práticas sexuais que esta já realizou na zona e com quem, ou seja, busca desvelar para o leitor o cotidiano do “desconhecido” e ainda que o Nosso Tempo estabeleça um posicionamento de representar os interesses dos oprimidos não é o que se vê em relação a prostituição, pois na busca pela apresentação das opressões que as mulheres estão ali dispostas acaba através da tutela discursiva produzindo uma imagem da prostituta e de seu ambiente, pois “la puta es la mujer que está a disposición de recibir las condenas de todos los ángulos y personajes de la sociedad. [...] (GALINDO Y SÁNCHEZ, 2007, p.22) Ponto que fica explícito com a conclusão da matéria:

A sociedade já se acostumou com isso. Mas, não é hora de se perguntar sobre o que representa a prostituição na escala em que esta existe? Onde está a sanidade da organização e do comportamento humano quando se tem tanta gente jogada a esse tipo de promiscuidade? [...] o resultado final depois de poucos anos é uma mulher, antes linda, agora comparável a um "chapéu velho", para usar a expressão sádica a que sociedade se acostumou. (Edição 5 Nosso Tempo)

Se repararmos com calma nas palavras utilizadas e os sentidos que estas mobilizam quando expressas de forma combinada nota-se que desde a primeira matéria sobre a temática prostituição no Jornal o enunciado se instaura a um domínio associado. E ainda que o Jornal busque fazer uma crítica às condições nas quais estas mulheres estão expostas acaba por cair na lógica de questionar a apenas a uma parte da prostituição, isto como veremos ocorre nas demais notícias sobre o tema, é como se o homem não existisse nesse universo, o homem constitui um vazio no espaço da prostituição, pois não há o debate desde o homem, pois como nos perguntamos ao percorrer o jornal que “¿Existe ese otro lugar "masculino" que no sea el de la complicidad aunque sea simbólica con el prostituyente? (GALINDO Y SÁNCHEZ, 2007, p.130).

Esta primeira matéria busca explicitar a crueldade da sociedade perante as prostitutas, mas não se questiona sobre a face que a explora, como a citação seguinte apresenta,

A prostituta é a mulher que faz do sexo um negócio, e é nisso que reside a depravação. Não pela comercio em si que ainda poderia ser ético, mas pela forma como se processa. Aparentemente, uma ou outra prostituta está feliz em sua função, principalmente quando esta não olha para a futuro de sua Vida. Na verdade, existe uma constante na vida dessas mulheres: O exercício de seu trabalho pode dar-lhes a subsistência por alguns anos, após as quais ficam decrepitas, velhas precoces nunca mais aceitas no meio social. (Edição 5 Nosso tempo)

E ainda que a reportagem entreviste as mulheres que ali estão os relatos só são considerados quando respondem com a resposta desejada, pois não se busca empreender a compreensão da interpretação desde outro viés, é um silêncio imputado a quem já não possuía voz e é “tal vez uno de los silencios más extremos porque es desde la condición máxima de objeto. [...] la mudez y el silencio de la puta están contruidos de muchos pedazos de violencia que no son todos iguales y que taponan y bloquean no sólo tu posibilidad de hablar, sino de pensar y de respirar. (GALINDO Y SÁNCHEZ,2007, p.51)

Figura 2 - Destaque da Edição N° 5



Fonte: Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, nº 5, 07 a 14 de janeiro de 1981.p.12

Após a descrição desta primeira notícia veiculada pelo Jornal, buscaremos através do que podemos denominar como comparação estabelecer as relações existentes entre os enunciados do jornal Nosso Tempo e os enunciados que são a base do discurso “senso comum” acerca da prostituição, colocaremos primeiro as citações que escolhemos para representar de forma mais direta o já exposto no capítulo dois, que são as seguintes:

O espetáculo que as mulheres públicas davam nesta capital, escandalizando a nossa sociedade, enchendo de pasmo os nossos hóspedes, depondo contra os nossos costumes, envergonhando-nos aos olhos do estrangeiro, reclama uma pronta intervenção da polícia. Qual, porém o caminho a seguir, de modo a garantir a eficácia dessa intervenção? (MOTTA APUD MAZZIEIRO, 1998)

As prostitutas são inevitáveis em uma aglomeração de homens assim como os esgotos, estradas e lixões. (PARENT-DUCHÂTELET APUD MOTTA, 1897, p.308)²²

Moraes avaliou que "as mulheres públicas devem estar sujeitas à vigilância imediata da polícia". Para tanto, considerava necessário um esquadrinhamento urbano. Elas deviam, então, residir em determinadas ruas, agrupadas e debaixo da autoridade de um "responsável pelos insultos praticados em seu bordel contra a moral, a saúde e a tranqüilidade pública", tornando mais eficaz o controle pela polícia. (MAZZIEIRO, 1998)

Portanto, desde a perspectiva apresentada pelas frases citadas e pelo já exposto no capítulo dois buscamos determinar se o discurso produzido pelo Jornal Nosso Tempo acerca da prostituição difere do discurso hegemônico, salientando que nossa hipótese inicial era a de que por ser um Jornal que estabelece uma nova forma de abordar as problemáticas de Foz do Iguaçu, como o próprio jornal se apresenta, "Esperamos que não seja novo apenas porque não é velho, mas porque é também diferente do que se fez e se faz no Setor entre nós. Pensamos que um esforço nesse sentido merece ser feito, custe o que custar."²³(Edição 1 Nosso Tempo), a forma que viesse a abordar a questão da prostituição também seria efetuada de forma diferente, claro que não percebemos o discurso como independente, pois sabemos da presença de procedimentos que habitam os discursos e operam no discurso enquanto acontecimento regulando como o discurso poderá se desenvolver. Portanto, buscamos analisar os discursos buscando a especificidade que estes apresentam e se há ou não relações diretas com o discurso hegemônico.

Na edição 6 do Jornal temos uma matéria denúncia, apresentada pela figura 2. Essa matéria em página toda é uma resposta às cartas que chegaram redação do jornal e pedem ação frente a essas casas de prostituição que com a fachada de hotéis e bares escaparam da zona de confinamento do meretrício, "Muquifas se espalham pela cidade trazendo a prostituição"(Nosso Tempo, Edição 6), o jornal até brinca com a polícia e as demais instituições por estas não terem se dado conta de tal negócio nas imediações do centro da cidade e portanto fornece o endereço.

²² "Les prostituées sont aussi inévitables dans une agglomération d'hommes que les égouts, les voiries et les dépôts d'immondices." Parent-Duchâtelet.

²³ Uma proposta interessante que surge é analisar também outros periódicos da cidade do mesmo período.

Figura 3 - Denúncia contra a prostituição



Fonte: Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, nº6, 14 a 21 de janeiro de 1981, p.6.

A ideia de que a prostituição deve estar confinada em um espaço específico e que está ao se aproximar do centro pode corromper as famílias e mulheres de bem se repete em inúmeras notícias. A prostituição nessas matérias é associada diretamente com o fim da boa vida, pois é um câncer social que deve ser exterminado, porém como a exterminação não é possível, ao menos que fique em um espaço longe das “pessoas de bem”, como apresentado pela seguinte frase, “Olha aí, pessoal da prostituição, busque um lugarzinho mais afastado para se dedicarem ao comércio do amor, ou então façam seu negocinho com mais discrição.”(Edição 23 Nosso Tempo).

“A zona do meretrício foi definitivamente ampliada desde Três Lagoas para o centro da cidade. Quem está protestando são os moradores da Rua Rui Barbosa, esquina com a Avenida Juscelino Kubitschek. Aquilo ali é bagunça durante toda a noite.” (Jornal Nosso tempo, edição 53)

"Comerciantes e famílias que moram naquelas imediações entraram em contato com o Nosso Tempo e botaram bronca: "isso é uma pouca vergonha. Elas ficam até altas horas da noite fazendo algazarra e convidando os homens que passam pela rua para fazer um programa." declarou um dos comerciantes. [...] "O negócio é arrumar emprego para elas ou destinar uma rua exclusivamente para elas "trabalhar". Mas tem de ser uma rua onde não haja casas de

família porque elas fazem muito escândalo e isso não pega bem." (Jornal Nosso Tempo, edição 60)

"Precisamos moralizar a cidade. Até parece que a Prefeitura está comprometida com a exploração do meretrício. A cidade está cheia de infernhos, zoninhas, bares disfarçados, mas que são casas de prostituição, A Prefeitura tem que cassar o alvará, caso contrário é conivente, declarou Sacomori."(Jornal Nosso Tempo, edição 53)²⁴

Essas perspectivas descritas pelo jornal e pelas vozes que o compõem, pois este é de natureza polifônica, remetem a perspectiva descrita por Cândido Motta ao descrever a prostituição com um campo que sempre pode ser modificado pela moral vigente em determinado momento, pois o que se vê com as notícias não é debate sobre a opressão que as mulheres sofrem ou pedindo o fim da prostituição, mas sim, um discurso que perpassa pelo confinamento da prática em espaços determinados o que manteria o restante da cidade segura perante o perigo da degradação moral, logo o que vemos com essas notícias é a necessidade de que as vozes polifônicas que compõem a voz do jornal têm de salvaguardar suas famílias e comportamentos das sexualidades e condutas que fogem à norma, porém os enunciados que se apresentam não questionam sobre os seus familiares, amigos e conhecidos que frequentam esses espaços, pois questionar-se sobre a prostituição desde a ponta visível do iceberg "[...] le sirve para resguardar, cuidar, proteger al prostituyente que está en la casa de todas y todos.(GALINDO Y SÁNCHEZ, 2007, p.26)

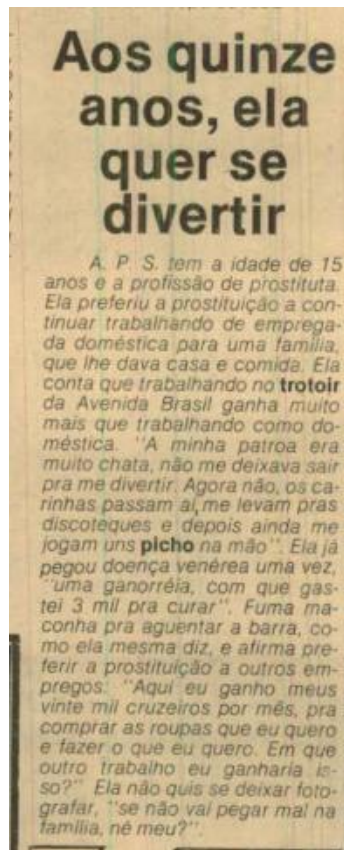
Então, mais uma vez ainda que exercer a prostituição não seja crime há a criminalização moral da prostituta, mas nunca do "prostituinte"²⁵, ou seja, podemos afirmar que a produção de discursos sobre a prostituição não traz nada de novo, pois apenas mobiliza um enunciado já hegemônico, mesmo que explicita seu posicionamento como compromisso que mantêm em favor dos oprimidos, quando se trata da prostituição o discurso é produzido sempre de forma tutelar e julgadora.

Na edição 15, o jornal publica um pequeno relato de uma jovem, expresso na figura 3, onde associa a prostituição com a diversão e com a falta de responsabilidade, importante apontar que mesmo o jornal afirmando se tratar de um depoimento o público que lerá o jornal associará está a imagem de todas as prostitutas, criando a identidade desta baseada em fragmentos políticos representados pelo jornal, pois a mídia produz imagens que acabam por produzir a própria realidade.

Figura 4 -Recorte da edição 15

²⁴ Peça publicitária de um candidato a vereador, Severino Sacomori, com suas promessas e perspectivas com o futuro da cidade, inclusive com seu número de votação com o nome do Partido.

²⁵ "Prostituinte" de "Prostituyente" do espanhol para tratar daquele que compra sexo e que é diferente do "Prostituidor" que pode ser entendido como "Cafetão".



Fonte: Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, nº15, 18 a 25 de março de 1981, p.13.

Essa produção da notícia corrobora a descrição das prostitutas proposta pelo médico brasileiro F. Ferraz de Macedo no qual as prostitutas compõem este universo por serem ociosas, vagabundas e de mente fraca e o que acaba produzindo a identidade da representada, pois como aponta Hall (2016), a construção de identidade(s) diz respeito a forma como a representação é produzida e como esta representação afeta a maneira como o indivíduo representa a si mesmo, visto que o sentido não é inerente às coisas ele é produzido. É consequência de uma prática significativa, uma prática que produz sentido.

Por exemplo, com este discurso reproduzido no jornal, "Prostitutas existem muitas, mas são poucas para atender a demanda numa comunidade de maioria masculina como a nossa. Além disso, são praticamente todas intragáveis, feias, decrepitas, doentes. [...] (Jornal Nosso Tempo, edição 23), o jornal apresenta uma representação que é política, como apontamos no capítulo dois o discurso não é apenas reflexo, mas produz a realidade a que se refere, logo o jornal reproduz a imagem hegemônica sobre o fenômeno e ainda que procure apontar as opressões a que está exposta (não percebemos com nossa análise essa proposta, mas seguimos nos referindo a ela por motivos retóricos), após haver mobilizado a imagem das prostitutas como ociosas ou "perdidas" não gerará comoção social e empatia por parte de seu leitor, mas sim julgamentos de valor moral.

Outra associação que o jornal remete a prostituição e que se relaciona com o discurso hegemônico acerca do tema é o relacionado a doenças, o discurso sanitário e de controle apresenta-se aqui na forma do pânico, onde há como o jornal apresenta um grande número de pessoas com DSTs e principalmente as prostitutas, como demonstra a figura 4.

A figura 4 apresenta a chamada a matéria sobre a epidemia de gonorreia pela qual a cidade atravessa, porém, mesmo ao afirmar que 70% das prostitutas estão contaminadas com o vírus não há uma pesquisa verdadeira e material que corrobora tal afirmação, pois segundo o próprio jornal;

O atual médico-chefe do 8º Distrito Sanitário, dr. Antonio Carlos Gifoni Vieira, acredita que o número de portadores de doenças venéreas é bastante elevado. Todavia não tem dados estatísticos reais sobre o número dessas pessoas porque somente os hospitais é que mandam os dados para o Distrito Sanitário e a maioria das pessoas são atendidas nas farmácias. (Jornal Nosso tempo, edição 36)

Mas, ainda assim como demonstra a figura 4 e a capa da edição 36 o jornal afirma com toda pompa possível um dado que não foi comprovado, a estratégia de incitar um pânico moral é utilizada à revelia,

Levando-se em conta que as doenças venéreas atingem em maior escala as prostitutas e pessoas que levam uma vida de promiscuidade, chegaremos a conclusão de que mais de 70 por cento o das prostitutas são Portadoras da gonorreia ou outras doenças venéreas. Surpreendente? inacreditável? Basta correr as Farmácias iguaçuenses para se concluir que esta cifra ainda está baixa"(Jornal Nosso Tempo, edição 36)

Na edição 87, a utilização do pânico em relação a doença volta a ser utilizado, desta vez refere-se a sífilis,

O chefe do 9º Distrito Sanitário denunciou na semana passada que 80 por cento das prostitutas de Foz do Iguaçu são portadoras de Sífilis. Isto foi constatado por amostragem por exames feitos em um grupo do meretrizes que estão lotadas na zona" do Três Lagoas e centro da cidade. Mais de 200 mulheres totem examinadas depois do batidas feitas pela polícia de forma aleatória. O alto índice de positividade é extremamente preocupante", afirmou o doutor Nelson Mendes. A sífilis constatado nas prostitutas é secundária, ou seis, já passou pela fase primária e está no sangue. Os efeitos primários nos primeiros trinta dias depois do contato sexual são lesões que aparecem na boca. no pênis e na vagina. A sífilis, quando em estágio secundário, passa a ser crônica e dificilmente pode ser detectada a não ser através de exames. (Jornal Nosso Tempo, Edição 87)

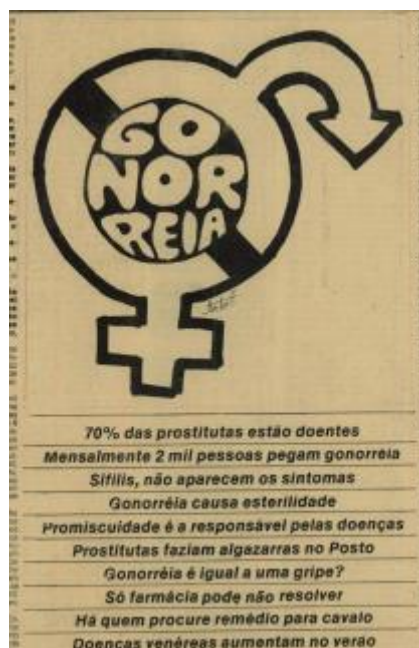
Não podemos confirmar a veracidade das informações e conclusões sobre os números que configuram o “perigo venéreo”, mas sabemos que o jornal incita a perspectiva de que “A sífilis, “destruindo as energias de uma nacionalidade, quebrando a amizade entre os esposos, produz maiores estragos que o alcoolismo, o jogo e outros tantos flagelos”.(MORAES APUD MAZZIEIRO, 1998), que fica evidente quando na edição 36 ao descrever o relato de um homem que contamina sua esposa com o vírus da gonorreia, relato denominado “Como contar para a mulher?”, estabelece desde uma

anedota um temor perante as doenças mostrando como esta pode afetar a vida do homem longe da zona de meretrício,

Criando-se um certo temor em relação à sífilis, mostrando os sofrimentos que ela trazia," consegue-se afastar das casas de prostituição muitos dos que nela iriam buscar, em troca de alguns momentos de prazer, dores para muitos anos (...) desfazendo-se, no espírito dos moços, os falsos conceitos das moléstias vergonhosas.(MAZZIEIRO, 1998)

Se olharmos para a ilustração que estampa a notícia sobre a gonorreia, partindo da perspectiva proposta por Barthes podemos dizer que uma imagem contém signos e estes se comunicam com o interlocutor, pois vislumbrando a imagem como um “sistema que adota signos de outro sistema, para deles fazer seu significante, é um sistema de notação; podemos, pois, desde já afirmar que a imagem literal é denotada e a imagem simbólica é conotada” (BARTHES, 1964, p.31), a conotação é a mensagem simbólica que a imagem carrega, a primeira mirada que dirigimos a imagem relaciona-se com um segundo plano, então desde essa perspectiva podemos dizer que o símbolo está para além do que apresenta, ainda que o que apresenta já é uma imagem que revela quais são suas intenções. Ao associar o símbolo feminino a uma decaída proposta pela flecha e ao meio a gonorreia carimbada no símbolo feminino o jornal relaciona a figura do feminino a doença, logo, o corpo feminino é associado diretamente a doença, essa relação é descrita no capítulo 2 quando a identidade feminina é construída desde a dupla mulher santa ou mulher puta, aqui podemos dizer que essa dicotomia segue presente.

Figura 5 - edição 36 desta que notícia sobre Gonorreia



Fonte: Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, nº 36, 28 de outubro a 04 de novembro de 1981, p.16.

A figura 5, também expressa esse mesmo desejo da imagem que relaciona a figura feminina a figura da doença ao demonstrar primeiro com a ilustração de uma Vênus que segue com a ilustração de mulheres que aparentam ser prostitutas parece que a imagem quer demonstrar através da máxima da beleza como a prostituição degrada o corpo feminino. Além de que as imagens associam a doença unicamente ao corpo feminino, mesmo quando o jornal chega a publicar o relato de um homem casado que descreve como contagiou sua esposa com o vírus da gonorreia e como contou a ela depois, é como se o homem que espalha o vírus seja menor importância na relação com a doença, aí temos o vazio político do homem na prostituição.

Figura 6 - Fragmento de capa da edição 87



Fonte: Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, n°87, 23 a 30 de setembro de 1983, p.1.

Configurando a outra superfície de emergência têm-se a prostituição relacionada a perda da moral e destruição das famílias, seja pela sua associação com o crime, ou, ela como crime em si, como o expresso, “Nesta muquifa disfarçada de lanchonete o assassino desferiu a primeira facada.”(Jornal Nosso Tempo edição 39), a prostituição faz parte de um universo que é desconhecido e portanto associada ao cenário de crimes e destruição dos valores que constroem nossa moral.

Por isso é necessário não se precipitar através de conclusões que muitas vezes acabam por reproduzir uma lógica de poder que pouco conhecemos. O jornal e a imprensa como um todo trabalham com fontes do presente e assim muitas vezes para produzir seus produtos trabalham com a ideia fácil da associação do acontecimento presente com o um correlato que é facilmente acionado. É por isso que talvez a associação direta e sem investigação sempre recai ao desconhecido.

A prostituição também aparece no jornal como objeto da política oficial; a prostituição é a entrada principal para tratar adentrar no campo da moralidade, pois ao se posicionar lado a lado a

moral e clamar pela moralização das práticas que “poluem” a cidade e a família é a melhor forma de conquistar a simpatia do público, um exemplo é um fragmento como o seguinte, “Conforme dizem estes moradores, a ”zoninha” é assiduamente frequentada pelos candidatos do PDS que ali fazem bacanal até altas horas da noite.”(Jornal Nosso Tempo EDIÇÃO 53).

A prostituição não é tratada de forma nova pelo jornal, mas da forma como sempre foi o Nosso Tempo seguiu a perspectiva mais aceita pela sociedade que aponta as prostitutas como mulheres que envergonham suas famílias, sujas e degeneradas, porém acreditamos que esta forma de tratar a prostituição pelo Jornal não é desprovida de um propósito mais palpável.

Desde o analisado e demonstrado aqui necessitamos deixar claro que o Jornal antes de tudo era produzido por homens – e podemos dizer que até escrito para homens – e que este fato é importante para vislumbrar como as mulheres eram representadas pelas páginas do Nosso Tempo. Mas também outro ponto é essencial para entender que a representação foi mobilizada como ferramenta política de crítica a Itaipu e ao Governo Ditatorial.

Como descrevemos no tópico 1.2 O Jornal Nosso Tempo, a composição do grupo de sócios responsáveis pelo Jornal era de uma elite já consolidada em Foz do Iguaçu que com a Chegada de Itaipu perdeu a possibilidade de deter o Poder municipal – representado pela figura da Prefeitura - e o Jornal era utilizado como palco de disputa política, então, a prostituição foi mobilizada e representada como um dos infortúnios trazidos pela Construção da Hidrelétrica que por fim foi também uma Crítica ao Período Ditatorial e seus mandos e desmandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com esse trabalho foi o de descrever e analisar como a prostituição foi representada pelas páginas do Jornal Nosso Tempo. A prostituição é uma temática difícil de ser acessada e analisada porque como Galindo e Sanchez (2007) escrevem ainda que seja uma atividade que faça parte de todos os processos sociais é tomada como um ponto cego e algo a ser jogado para debaixo do tapete. A prostituição como o ponto cego e que mobiliza barricadas morais é uma atividade que pode ser mobilizada politicamente e foi o que concluímos com nossa pesquisa, a prostituição foi estampada nas páginas do jornal Nosso Tempo como a “degeneração das espécies” incrementada pela construção da hidrelétrica de Itaipu e do governo ditatorial que permitiu tal obra.

Vislumbramos no discurso um sistema de representação que constrói o dito, o não dito e o sujeito e assim o tomamos como ferramenta para questionar a ordem, desse modo, quando analisamos o Nosso Tempo que mantinha um posicionamento crítico perante as desigualdades acreditávamos ser possível encontrar uma abordagem diferente da comumente feita sobre a prostituição o que de fato não ocorreu.

Ao decorrer do trabalho explicitamos as condições históricas e discursivas que motivaram tal mobilização desta representação da prostituição, pois se fazia necessário demonstrar o que permitia falar e enunciar o fenômeno da prostituição de tal maneira; a imprensa como produtora de campos de identificação é uma forma de poder que está presente na imediatez da vida cotidiana já que ao categorizar e definir o indivíduo acaba por lhe determinar um espaço de identificação, é um poder que sujeita o indivíduo a uma posição determinada. E como percebemos a identificação como um processo não acabado entendemos que é a partir do questionamento do discurso e do que este criou e cria é que podemos transformar as relações que se instituem desde o discurso no mundo material.

Sendo assim, vemos no discurso e em seus momentos de enunciação um espaço que pode estabelecer rupturas com o passado e criar o novo que seja mais justo para com todos. O discurso enquanto ferramenta para a mudança social é uma das bases que influenciam o porquê de termos escolhido a análise de discurso para abordar a temática da prostituição.

Pois, ainda que ao debate acerca da prostituição seja extenso e difícil, já que não abarca conclusões simples, é necessário o fazer e optamos por iniciar nossa incursão neste campo desde a figura do discurso que é usualmente vista como desprovida de relações de poder, mas que justamente por isso é permeada por estas relações assim como pelas resistências que compõem estes poderes. É preciso que a prática de perceber tudo que se diz não é somente dizer, mas mobilizar uma série de

preceitos seja amplamente difundida para que possamos compreender todos os processos que constituem as opressões que surgem no mundo e as que permanecem como naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte primária

Jornal Nosso Tempo, dezembro de 1980 a dezembro de 1985.

Fontes secundárias

ADORNO, Sérgio, Prefácio. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 -1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ARANHA, M, Renato. **Um olhar para a mídia regional durante a ditadura em Foz do Iguaçu (1980-84)**. Anais do XXVIII Simpósio nacional de história: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

BARRETO, Gustavo. **A importância da imprensa alternativa**. 2004. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/06/barreto-alternativa.html>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

BARTHES, ROLAND. **A retórica da imagem**. Communications, 1964.

CHAMMAS, Z, Eduardo. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado em História social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COHEN, S, Ilka. Diversificação e segmentação dos impressos. In. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012.

DAOU, Z, Saada. **A prostituição e o Estado: uma análise das políticas de enfrentamento do tema a partir de uma perspectiva histórica e filosófica**. Dissertação (Mestrado em Filosofia do Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, 2016.

ÉBOLI, Evandro. **Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia**. O Globo. Brasília, 21 de setembro de 2013. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguido-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257>> Acesso em: 03 de maio de 2019.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012

FACHIN, Patrícia. **Grandes obras como Belo Monte incentivam e fomentam o mercado do sexo no Brasil**. Entrevista especial com Assis Oliveira. Revista IHU ON-LINE. 03 de março de 2016. Disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552175-grandes-obras-como-belo-monte-incentivam-e-fomentam-o-mercado-do-sexo-no-brasil-entrevista-especial-com-assis-oliveira>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

FARIA, Nalu. COELHO, Sônia. MORENO, Tica. **Prostituição: uma abordagem feminista**. SOF. SempreViva Organização Feminista. São Paulo. Dezembro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7º ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988

_____. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

GALINDO, María. SÁNCHEZ, Sonia. **Ninguna mujer nace para puta**. 1ºed - Buenos Aires: Lavaca editora. 2007.

GERSHON, Priscilla. **Prostituição feminina contribuições para o debate sobre representações, identidade e profissionalização**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Sociologia e Direito. 2007

GUBER, Rosana. La entrevista etnográfica o el arte de la “directividad”. In. **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Grupo editorial Norma, Bogotá, 2001.

HALL, Stuart. O papel da representação. in. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. CRITCHER, Chass. JEFFERSON, Tony. CLARKE, John. ROBERTS, Brian. The social production of news. in. **Policing the crisis: Mugging, the State and Law and Order**. The Macmillan Press Ltd, London, 1978.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes históricas** / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX**. In. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012.

LUZ, Carlos. PETTERS, Thays. **Jornal Nosso Tempo: Um marco na resistência democrática em Foz do Iguaçu**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à União Dinâmica de Faculdades Cataratas - UDC, como parte dos requisitos para graduação em Comunicação Social. 2008

MAZZIEIRO, B, João. **Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos - São Paulo 1870/1920**. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 35 São Paulo 1998.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2012.

MOTTA, Candido. **Prostituição, Polícia de Costumes e Lenocínio**. São Paulo, 1897.

NAPOLITANO, Marcos. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

NETO, F, Leon. **Biopolíticas: as formulações de Foucault**. Florianópolis: Cidade Futura, 2010, 208 p.

O Jornal. Nosso tempo Digital. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Anderson de. **Representações da Tortura no Jornal Nosso Tempo: Direitos Humanos e opinião pública em Foz do Iguaçu 1980-1985**. 2017. 102 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso

(História América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

PATEMAN, Carole. Fazendo contratos e O que de errado com a prostituição? .in. **O contrato sexual/** Carole Pateman; Tradução: Marta Avancini. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. **Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista Cuadernos de Antropología Social**, núm. 36, diciembre, 2012, pp. 11-31 Universidad de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina.

RAGO, Luiza Margareth. Do cabaré ao lar. Colonização da mulher. In. **Do cabaré ao lar: Uma utopia da cidade disciplinar Brasil:1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 -1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REVEL, Judith. Discurso. In. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, G, Ana Paula. **A mídia e o lugar da história**. Lugar Comum, nº 11, pp.25-44.

RIBEIRO, B, Maria de Fátima. **Memórias do concreto: Vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste:2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

SOUZA, D, Aparecida de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: Um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970- 2008)**. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História, da Universidade de São Paulo. Maio de 2009.

TAVARES, Manuela. **Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista**. 2002. Disponível em: < <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>> acesso em: agosto de 2018